



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARILEIDE ALVES DA SILVA

**AS AGRICULTURAS FAMILIAR E PATRONAL NO MERCADO
VITIVINÍCOLA: O CASO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO**

SALVADOR

2018

MARILEIDE ALVES DA SILVA

**AS AGRICULTURAS FAMILIAR E PATRONAL NO MERCADO
VITIVINÍCOLA: O CASO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia rural e economia agrária.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny.

SALVADOR

2018

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Cristina Magalhães CRB 5- 960

Silva, Marileide Alves da

S586 As agriculturas familiar e patronal no mercado vitivinícola: o caso do sub-médio São Francisco./ Marileide Alves da Silva. – 2018.

76 f. il.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia, Salvador, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny..

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura patronal. 3. Vitivinícola – Bahia. 4. Agroindústria. I. Jeziorny, Daniel Lemos. II. Título. III. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia.

CDD – .338.1098142

MARILEIDE ALVES DA SILVA

**AS AGRICULTURAS FAMILIAR E PATRONAL NO MERCADO
VITIVINÍCOLA: O CASO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em 23 de julho de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Alynson dos Santos Rocha
Universidade Federal da Bahia – UFBA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que amo, aos que nem tanto, aos que gosto muito e ao não muito e a todas as pessoas que me suportaram e me suportam, isso inclui os familiares, meu orientador prof. Daniel Jezyorne, Lielson e todos os outros professores da FCE, aos funcionários por toda ajuda, contribuição e café, ao Bonde, aos amigas e amigos, conhecidos, aos colegas. Muito obrigada!!!!

“Que essa minha vontade de ir embora
Se transforme na calma e na paz que mereço
Que essa tensão que me corrói por dentro
Seja um dia recompensada
Que o espelho reflita em meu rosto um doce
sorriso
Que eu me lembro ter dado na infância
Porque metade de mim é a lembrança do que fui
Mas a outra metade, não sei”

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Área utilizada pela Agricultura Familiar por regiões, em hectares	26
Gráfico 01	Participação da AF na produção de alimentos no Brasil, por produtos (%)	28
Gráfico 02	Valor da produção dos estabelecimentos no ano, segundo a agricultura familiar – Brasil	29
Gráfico 03	Participação do PIB do Estado da Bahia na composição do PIB do Brasil e da região Nordeste	33
Gráfico 04	Participação da agricultura familiar na produção de alimentos na Bahia, por produtos (%)	34
Gráfico 05	Participação da agricultura patronal na produção de alimentos no Brasil, por produtos em percentagem	35
Quadro 02	Área utilizada pela agricultura patronal no Brasil, em hectares	37
Gráfico 05	Participação da agricultura patronal na produção de alimentos no Brasil, por produtos em percentagem	37
Quadro 03	Área plantada com videiras no Brasil e regiões (hectares), 2010/2016	40
Quadro 04	Área Colhida de Uva no Brasil e Regiões (hectares), 2010/2016	41
Gráfico 06	Produção de uva no Brasil e nas regiões, (toneladas), 2010/2016	41
Quadro 05	Área plantada de videiras por estados, (hectares), 2010/2016	42
Quadro 06	Área colhida de uvas por Estado, (hectares), 2010/2016	43
Quadro 07	Produção de uvas por Estado, (toneladas), 2010/2016	44
Quadro 08	Índice de Produtividade de uvas por hectares nos maiores estados produtores, 2011/2016 (Base=2010)	45
Gráfico 07	Produção de uva nos maiores estados produtores, (toneladas), 2010/2016	45
Quadro 09	Produção de Vinhos e Derivados de Uva no Rio Grande do Sul, em milhões de litros, 2010/2016	46
Quadro 10	Comercialização de vinhos e de suco de uva provenientes do Rio Grande do Sul, em litros, 2014/2016	46

Quadro 11	Evolução da área plantada de videiras no Brasil, região Nordeste e na Bahia, em hectares	49
Quadro 12	Evolução das áreas colhidas com uvas no Brasil, região Nordeste e na Bahia, em hectares 2010/2016	49
Quadro 13	Evolução da produção de uvas no Brasil, região Nordeste e na Bahia 2010/2016 em toneladas	50
Quadro 14	Distribuição da produção de uvas na Bahia por microrregião produtora, em toneladas	50
Quadro 15	Produção de Vinho Tropical - Vale do São Francisco	51
Figura 01	Localização de Casa Nova	52
Quadro 16	Produção de caprinos e ovinos no município de Casa Nova, na Bahia e Brasil	52
Quadro 17	Pessoal ocupado nos estabelecimentos da Agricultura Familiar em Casa Nova.	53
Quadro 18	Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários	53
Quadro 19	Estabelecimento por condição de propriedade, segundo indicadores da FAO	54
Quadro 20	Área Plantada de UVA (hectares), 2010/2016	55
Quadro 21	Área colhida de Uva (hectares),2010/2016	55
Gráfico 08	Produção de uva no município de Casa Nova, em toneladas	56
Gráfico 09	Participação do município de Casa Nova na produção de uva na Bahia e na microrregião Juazeiro	56
Quadro 22	Produção Vinícola do Grupo Miolo	58
Quadro 23	Comparação entre os índices de produtividade das Vinícolas do Grupo Miolo	58

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Quantidade de estabelecimentos e área utilizada pela agricultura familiar no Brasil, em hectares	26
Tabela 02	Utilização das terras pela AF no Brasil, por tipo de produção	28
Tabela 03	Participação da AF na receita no Brasil, por tipo produtos (%)	26
Tabela 04	Utilização da área pela AF na Bahia, de acordo com o tipo de produtos em números e porcentagens	34
Tabela 05	Participação da AF na receita no estado da Bahia, por atividades, em números e porcentagem	35
Tabela 06	Receita gerada pela AP de acordo com atividade no BR, em mil reais	38
Tabela 07	Estabelecimentos e área da agricultura familiar Censo Agropecuário 2006	53
Tabela 08	Número e porcentagem de hectares destinados a vitivinicultura de acordo com o modelo de agricultura, na região nordeste	62
Tabela 09	Número de exploração familiar e patronal, sua porcentagem em relação ao total de exploração, segundo os municípios que forma o Vale do Vinhedo (2009)	63

LISTA DE SIGLAS

ABRAVIN – Instituto Brasileiro de Vinho

AF - Agricultura Familiar

AP - Agricultura Patronal

CNA - Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

MAPA - Ministério de Agricultura e Pecuária

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Agrário

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e contextualizar as agriculturas Familiar e Patronal no mercado vitivinícola do submédio São Francisco, em especial como essas agriculturas se apresentam e sua relação com a produção vitivinícola no município de Casa Nova. Desta maneira, esta monografia apresenta a contextualização das agriculturas Familiares e Patronais no Brasil, trazendo dados sobre as mesmas, tanto em relação ao nosso país, quanto em relação ao estado da Bahia. Mostrou-se que a agricultura Familiar ainda é a grande produtora de alimentos do país, mas que a agricultura Patronal é a grande produtora de *commodities*. Com o objetivo de aumentar suas taxas de juros, a indústria vitivinícola transbordou sua produção da região sul para a região Nordeste, transformando esta na região mais produtiva de uvas e vinhos do país, apesar de ocupar a segunda posição neste tipo de mercado. Este trabalho mostra, também, como Casa Nova, única cidade baiana na produção vitivinícola, vem lidando com este tipo de produção e como as agriculturas Familiar e Patronal estão ou não envolvidas neste processo. Bem como Casa Nova não possui produção agrícola familiar em relação a produção vitivinícola, apenas patronal, já este foi o modelo instalado neste município em meados de 1980 e permanece assim até hoje.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agricultura patronal. Mercado vitivinícola. Submédio São Francisco.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze and contextualize the cultivation of familyfarm and landfarm in the wine market of the São Francisco sub-region, especially with regard to these farms and their relationship with wine production in the municipality of Casa Nova. Thus, this monograph presents the contextualization of familyfarm and landfarm in Brazil, based on data on them both in relation to our country and in relation to the state of Bahia. It has been shown that the family economy is still the main food producer in the country, but landfarm is the main producer of commodities. To raise interest your rates, the wine industry expanded its production from the south to the northeast, making it the country's most productive region of grapes and wines, despite its second place in this market. This work also shows how Casa Nova, the only city in Bahia to produce wine, deals with this type of production and with the participation of the family and the worker in this process. Just as Casa Nova does not have the usual familyfarm don't production in relation to wine production, it was already a model established in that municipality in the middle of 1980, and it remains until today.

Keywords: Familyfarm. Landfarm. Wine market. San Francisco sub-media.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AGRICULTURA	16
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR: DEBATE EM TORNO DE UM CONCEITO	16
2.1.1	Agricultura Familiar no Brasil	23
2.1.1.1	Dados sobre a AF no Brasil	26
2.1.2	Agricultura no Semiárido	29
2.1.2.1	Agricultura Familiar na Bahia	32
2.2	AGRICULTURA PATRONAL (AP)	35
2.2.1	Dados da Agricultura Patronal (AP) no Brasil	36
3	VITIVINICULTURA NO BRASIL	39
3.1	VITIVINICULTURA NO SEMIÁRIDO	47
3.1.1	Casa Nova	51
3.1.1.1	Casa Nova: vitivinicultura, uma produção não familiar	57
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXOS	74

1 INTRODUÇÃO

A produção agrícola e pecuária é um importante setor da economia do Brasil, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Segundo dados do IBGE em 2016, a agropecuária é responsável por 28% do PIB brasileiro; destes, aproximadamente 23% provêm do Agronegócio, e 5%, da Agricultura Familiar (AF). Dessa forma, a agropecuária é uma das grandes chaves na produção de riquezas e alimentos para o país, além de ser responsável nos últimos anos pelo crescimento do PIB. Como a balança comercial brasileira sempre foi favorável aos produtos agrários, fica evidenciado o papel de destaque da produtividade do campo para o desenvolvimento econômico e a produção de renda para o Brasil.

Dentro desse cenário, destacamos a presença marcante da agricultura Familiar na economia brasileira, por estar presente em todo o território nacional e produzir tanto para o mercado interno como para o externo, contribuindo significativamente com o desenvolvimento socioeconômico. E, ainda nesse contexto, vale destacar a importância da Agricultura Familiar como responsável por cerca de 70% dos alimentos destinados à mesa dos brasileiros e por 74% da força de trabalho empregada no campo, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgados no ano de 2016. Ademais, convém salientar que a AF possui algumas particularidades, tais como: produzir em terras menores, com uma maior variabilidade de produtos; ser gerida e produzida pelas famílias; ter sua distribuição mais local e regional e ser mais socialmente igualitária (BAIARDI, 2014).

É importante levar em conta, no entanto, que a Agricultura Familiar está inserida no modo de produção capitalista e submetida às lógicas mercadológicas desse modelo de reprodução social. Torna-se, portanto, imprescindível compreender como a agricultura familiar se desenvolveu, inserida no capitalismo.

Contudo, também é importante apreender a forma pela qual esta é capaz de oferecer uma alternativa viável ao modelo de desenvolvimento baseado, sobretudo, no

“agronegócio”¹. O modelo de produção da AF tem um caráter de maior igualdade social, já que os agricultores familiares, no geral, 1) possuem os meios de produção, 2) estão em maior número no meio rural, mesmo em áreas menores, 3) têm a distribuição de renda mais igualitária, 4) há uma cooperação entre eles e 4) o número de pessoas envolvidas na produção é maior que no agronegócio, em que maquinários possuem uma maior presença na produção (BAIARDI, 2014).

A Agricultura Patronal é um modelo de produção que se diferencia da agricultura Familiar por utilizar grandes áreas, ser especializada em único produto, geralmente *commodities*, ter um número reduzido de proprietários, que podem ser empresas, grupos e outros, cuja gestão não necessariamente tem que ser familiar, é possível que a gestão seja realizado pela família proprietária do agronegócio, mas não é uma de suas características. No que concerne à Agricultura Patronal (AP) no Brasil, é válido entender que esta se apresenta como uma representante do capital, em que a busca de lucros é o principal objetivo. Como o exemplo a ser explorado por este trabalho, observa-se a indústria vitivinícola, que hoje vem se destacando positivamente na produção e exportação de vinhos e uvas de mesas de qualidade, com agregação de maior valor devido à forma como tem sido desenvolvida, ganhando, assim, maior visibilidade no mundo. As primeiras mudas das parreiras foram trazidas pelos imigrantes europeus no século XIX, concentrando-se no sul do país, local com maior concentração de vitivinícolas e produção de vinhos nacionalmente. Com o decorrer do tempo, as primeiras mudas de parreira foram sendo levadas para o semiárido nordestino na década de sessenta do século XX, fazendo com que hoje o Nordeste seja a região do país que mais produz uvas de mesa, obtendo destaque em vinhos de qualidade, principalmente no semiárido baiano e pernambucano.

A indústria vitivinícola dessa região encontra-se no eixo da agricultura patronal brasileira e, com a introdução de tecnologias e novas formas de produzir, visa maximizar seus lucros e minimizar seus custos. A partir dessas perspectivas, é válido entender como o modo patronal se relaciona com a agricultura familiar local.

¹Agronegócio: “agropecuária é apenas uma parcela, uma vez que inclui também a aquisição de insumos, equipamentos para a produção, o processamento e a industrialização da produção agropecuária, o transporte, o armazenamento, a distribuição, ou seja, é uma visão da cadeia na sua totalidade, até chegar à boca do consumidor. Engloba tudo o que tem a ver com a produção agropecuária, com todas as transformações, até chegar ao consumidor final. Com um conceito assim tão abrangente, o agronegócio é o maior negócio da economia brasileira”.(MENDES; PADILHA, 2007, apud ANTONIO, 2015)

É importante compreender e analisar os impactos da interação de dois setores econômicos diferenciados. Assis, foi possível contextualizar e criar conexão entre dois conceitos diferentes que estão presentes no seio da sociedade capitalista e suas contradições.

Diante desse contexto, esta monografia pretende analisar e identificar a história e as possíveis contribuições entre as agriculturas familiar e patronal no que tange ao mercado vitivinícola no submédio do São Francisco na última década, em especial no município de Casa Nova. A justificativa para este estudo é fornecer uma contribuição com pesquisas relacionadas à Economia Rural e à Economia Agrária.

O problema de pesquisa está relacionado a: a agricultura familiar é setor importante para produção agropecuária, assim como o agronegócio/vitivinícola o é. Esses dois sistemas de produção são separados pelos seus modos de produção, mas unidos pela mesma lógica mercadológica, e, em muitos casos, a exemplo do Vale do São Francisco, estão localizados no mesmo espaço geográfico. A agricultura familiar se utiliza da indústria vitivinícola como mercado e esta se utiliza da produção da outra. Diante desse contexto, em que medida a indústria vitivinícola na região do Vale do São Francisco tem provocado transformações na agricultura familiar local?

A hipótese elencada é que, em função da natureza das articulações observadas entre a Agricultura Familiar e a Indústria Vitivinícola do Vale do São Francisco, tal situação tem provocado mudanças nas relações entre os agricultores familiares e as suas agriculturas.

No intuito de realizar esse levantamento e alcançar o objetivo proposto por este trabalho, são traçados cinco objetivos específicos:

- Fornecer resultados que contribuam para a análise do mercado vitivinícola do Semiárido do São Francisco e a sua relação com as agriculturas familiar e patronal da região.
- Conceituar e mostrar as contribuições das agriculturas familiar e patronal para a produção agropecuária no Brasil e, especificamente, na Bahia;

- Conceituar e mostrar como o mercado vitivinícola se apresenta no Brasil;
- Identificar e analisar como a produção vitivinícola se apresenta no município de Casa Nova/Ba;
- Identificar qual tipo de agricultura se apresenta como produtora vitivinícola no município de Casa Nova/Ba.

A presente monografia será dividida em dois capítulos, sem contar com a introdução e com as considerações finais. No primeiro capítulo, serão apresentadas as duas agriculturas. O principal objetivo deste capítulo é conceituar as Agriculturas Familiar e Patronal por meio da apresentação do debate entre autores clássicos e contemporâneos, contar como elas se apresentam no Brasil e na Bahia, através de dados do IBGE (2006), destacando como cada uma se apresenta no país.

No segundo capítulo, será apresentado, conceituado e traçado o histórico da vitivinicultura brasileiro. A partir desta contextualização sobre o mercado vitivinícola no país, será analisado o município de Casa Nova, como única cidade baiana a possuir uma produção vitivinicultora. Isso mostrando a importância da Agricultura Familiar para este município e o contexto de transferência de produção da vitivinicultura do sul do país para esta cidade e qual o modelo de agricultura se apresenta como produtora vitivinícola em Casa Nova.

2 AGRICULTURA

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR: DEBATE EM TORNO DE UM CONCEITO

A definição conceitual de agricultura familiar é um tanto complexa. Dentre outras coisas, convém lembrar que se trata de um conceito com história, pois nasceu como campesinato e sofreu transformações, mutações, adaptações ao longo do tempo. Se antes possuía uma lógica produtiva, distributiva e econômica própria, em que não havia uma subjugação ao mercado e ao sistema capitalista tão evidente, atualmente já não se pode dizer o mesmo (GERMANI, 2010, p. 271-272). As características mais marcantes e que predominam consistem em: ser uma produção familiar, ou seja, produzida e gerida pela família, apesar de eventualmente empregar força de trabalho assalariada; ter a produção em lotes de terras significativamente menores que os usados pelo agricultura patronal, mas que está inserida em uma lógica mais mercantil, mercadológica e transformando-se ao longo das décadas (PLEIN, 2010, p. 98).

Nessa perspectiva, é de extrema importância conceituar esse termo devido a sua grande relevância na produção agropecuária, na segurança alimentar e na economia, já que está presente fortemente no mercado interno e, em menor parcela, no externo (ABRAMOVAY, 1992). Desta forma, sua conceituação passaria por todos os conceitos apresentados até o momento e é uma mescla do que trazem Lênin (1988), Kautsky (1980) e também Abramovay (1992), para quem

Apesar de haver alguns erros de interpretação conceitual em que em muitas vezes não dá o devido valor à pequena produção, por isso (...) o equívoco conceitual aí é grave, pois impede que estude o fenômeno decisivo nos países capitalistas avançados da grande produção que funciona, justamente, em regime de economia familiar. (ABRAMOVAY, 1992, p.165).

Portanto, definir a AF não é fácil, entretanto é possível apontar algumas características comuns e divergentes, bem como fazer uma contextualização da mesma. De acordo com Moyano-Estrada (2014):

Estamos ante un término ambiguo y confuso, debido a los profundos cambios que la realidad de la AF ha experimentado en los últimos cincuenta años. Ha cambiado sensiblemente el modo de organizar la actividad agraria, así como el papel desempeñado por los

agricultores em el conjunto de lasociedad rural y laposición de la agricultura en contextos tan globalizados como los actuales (...) De un modo general suele caracterizarse por la existencia de una relación directa entre familia y actividad agraria (sea agrícola y/o ganadera), relación que se materializa em el seno de una misma unidad económica y social (explotación, finca, granja...). (MONTROYA-ESTRADA, 2014, p.134-135).

Dessa forma, a agricultura familiar pode ser compreendida como núcleos de produção agropecuários, que são administrados e produzidos por unidades familiares, em pequenas e médias propriedades, que compreendem um regime econômico não apenas familiar, mas também capitalista, na medida em que estejam integrados à produção mercantil.

Não intencionamos nos aprofundar sobre o campesinato, mas é necessário que compreendamos as origens da agricultura familiar, uma vez que há, entre os autores, a explicação de que a AF é derivada do campesinato, como explica Abramovay (1992). O campesinato deu origem à AF, todavia não pode ser confundido com a mesma, pois estariam em contextos diferentes, assim como suas práticas. Kautsky (1980) afirma que a característica fundamental do campesinato é a autossuficiência, sendo que esse modo de produção agrícola praticamente desapareceu com a introdução do capitalismo no campo e que a descaracterização e o desaparecimento estão na forma de trabalho assalariado. Nessa linha, crescem a perda dos meios de produção por parte do camponês, inclusive a terra, e a submissão do meio rural à lógica produtiva de grande escala e excedentes para o mercado.

No sistema capitalista, a compreensão do que seria ou não agricultura familiar é fator importante para as diversas interpretações sobre a produção e os benefícios que a mesma traz. De acordo com Lênin (1960) a agricultura familiar/campesinato é toda agricultura/produção agrícola que tem força de trabalho essencialmente familiar na produção e gestão da propriedade rural e que o trabalho assalariado indicaria o caráter capitalista na agricultura ou em determinada produção agrícola. Para Lênin (1988), a inserção do capitalismo no meio agrícola traria a expropriação do camponês, aumentaria a influência do capital sobre o campo e, com o tempo, a figura do camponês desapareceria, isso porque “o processo de decomposição dos pequenos agricultores em

patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista”. (LÊNIN, 1988, p.35).

Nota-se nos escritos de Lênin, dentro da realidade russa da época, que ele analisou a produção agrícola e suas transformações pautado no campesinato e como o sistema capitalista cooptou o meio rural, impondo a sua lógica produtiva e de mercado. Percebe-se uma visão pessimista do autor em relação ao futuro do campesinato, levando-o a cogitar que este iria desaparecer, à medida que se descaracterizava enquanto agricultura e tornava-se, cada vez, uma indústria (LÊNIN, 1988, p.27).

O capital trouxe modificações na estrutura produtiva da agricultura, por meio: de avanços tecnológicos (como o aumento na produtividade devido à introdução de novos equipamentos); da questão da propriedade privada (que foi um fator de análise importante no processo de modificações na estrutura produtiva rural), e da organização do trabalho, ou uma nova lógica de trabalho (LÊNIN, 1988). Isso levaria ao desaparecimento do campesinato, dado que “esse processo de “descamponização” é inseparável da substituição, pelos proprietários fundiários, do sistema de pagamento em trabalho pelo sistema capitalista, de transformação da agricultura em uma produção mercantil” (LÊNIN, 1988). Kautsky (1980) também afirma que os avanços tecnológicos são parte importante no setor rural, haja vista terem promovido o aumento de produção, contribuindo para as modificações no âmbito estrutural do campo e assegurando sua inserção na lógica capitalista.

Segundo Lênin (1988, p. 202-3), as principais modificações no meio rural a partir da lógica de produção do capital podem divididas em três pontos:

- 1) A agricultura assume progressivamente um caráter comercial, um caráter de empresa - este é traço principal da sua evolução no período posterior à reforma. Nas propriedades privadas, o fenômeno é tão evidente que dispensa esclarecimentos especiais. Nos estabelecimentos camponeses, ele é mais difícil de constatar: a) o emprego do trabalho assalariado não é indício absolutamente necessário de pequena burguesia rural (...)
- 2) Dada a própria natureza da agricultura, a sua transformação mercantil ocorre peculiarmente, de forma distinta do processo correspondente ao mercantil. A indústria transformadora compreende ramos autônomos, dedicados exclusivamente à fabricação de um único produto ou uma única parte do produto. Na indústria agrícola, ao contrário, não há divisão em ramos rigorosamente distintos: há

somente especialização na produção de tal ou qual produto para mercado, e adaptação dos outros aspectos da agricultura a esse produto principal (que é uma mercadoria) (...)

3) O crescimento da agricultura mercantil cria um mercado interno para o capitalismo. A especialização da agricultura provoca troca entre várias regiões agrícolas e entre diversos estabelecimentos e os vários produtos. Quanto mais a agricultura adentra na circulação de mercadorias, tanto mais cresce, da parte da população rural, a demanda por artigos de consumo pessoal produzidos por indústria de transformação.

Na discussão que permeia se a AF é ou não exploração agrícola camponesa ou uma evolução desta, Larmache (1993) acredita que o campesinato é uma exploração familiar, contudo, para ele, nem toda a exploração familiar é camponesa, pelo fato de esta última nem sempre ser originada do campesinato.

Todas as formas de explorações familiares não podem estar compreendidas em um único modelo. É claro que, na França, a maioria absoluta das explorações familiares advém do modelo Camponês. Isso quer dizer que todo explorador francês teve um antepassado camponês que lhe transmitiu os traços socioculturais já mencionados, característicos do modelo Camponês. Mas está longe de ser o caso no mundo todo. Por exemplo, na Tunísia, na região de Zaghuan, várias observações demonstram que a maioria das explorações familiares se refere a um modelo de funcionamento do tipo Colonial, ou seja, de um modelo fundado na produção mercantil e na utilização de uma mão-de-obra exterior à família. Ao contrário, no Sul do Brasil (região de Ijuí), assim como em Quebec ou em Saskatchewan, em consequência de um tipo de colonização ocidental diferente, o modelo Camponês aparece como o fundamento da sociedade agrária atual. (LAMARCHE, 1993, p.17).

Assim como Kautsky (1980) crê no desaparecimento do camponês, Abramovay (1992) constata que, “no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção” de modo que “o campesinato é, simplesmente, uma forma ocasional transitória.” (ABRAMOVAY, 1992, p.65).

Lamarche (1993), ao tentar distinguir campesinato de agricultura familiar, em nenhum momento diz que o campesinato foi extinto, como Kautsky (1980) afirma, tampouco ratifica essa inexistência da figura do camponês no mundo capitalista, como induz Abramovay (1992). Ele trabalha a questão do campesinato como modelo de produção

ainda existente e que tem em seu conceito de funcionamento peculiar a sua forma de interações entre seu autor e o meio de atuação. O autor afirma que:

A exploração camponesa é um conceito de análise que define um modelo de funcionamento bem particular de exploração agrícola, perfeitamente descrito e analisado por A. Tchaynov, retomado mais tarde por H. Mendras, J. Tepich e por muitos outros autores mais. Segundo Tchaynov, o modelo camponês define-se a partir dos seguintes princípios:

- há inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; - o trabalho é familiar e não pode ser avaliado em termo de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável; - os objetivos da produção são os de produzir valores de uso e não valores de troca. Para H. Mendras, o tipo ideal de sociedade camponesa define-se por cinco características: - a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; - a importância estrutural do grupo doméstico; - um sistema econômico de autarquia relativa; - uma sociedade de inter-relacionamentos; - a função decisiva das personalidades de prestígio que estabelecem uma ligação entre a sociedade local e a sociedade em geral. (LAMARCHE, 1993, p.16).

Para Abramovay (1992), a introdução do capital no campo leva a uma desorganização do modo de vida, extrai da família o poder de decisão e o transfere para o capital, o que levaria ao desaparecimento do campesinato, que seria “substituído” pela AF, posteriormente. As mudanças nas lógicas de produção e a presença do capital na agricultura contribuem para essa situação. Isso se daria devido a fatores tais como:

(...) os vínculos mercantis são um elemento *conservado* na vida camponesa, sempre que servirem para reproduzir o domínio restrito e localizado do pequeno capital mercantil e usurário. Ao contrário, eles têm o poder de colocar em questão a organização dominante dos modos de vida ali onde contribuem para ampliar os horizontes social e econômico onde operam os agricultores. Mais do que isso, o planejamento e o enquadramento das atividades mercantis individuais retiram da família o eixo determinante da quantidade produzida por cada agricultor. (ABRAMOVAY, 1992, p.203).

O conceito sobre a agricultura familiar não é bem definido por Abramovay (1992). Em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (2012), ele prefere não conceituar, de fato, a AF. Portanto, acredita que “têm razão Reinharat e Barlet (1989), quando

lembram que a principal distinção é entre a produção familiar e a produção agrícola empreendida como um investimento e caracterizada pela separação entre a propriedade, a direção e o trabalho”. (ABRAMOVAY, 1992, p.165).

Ainda que de certa forma não elabore um conceito fechado sobre o que seria a Agricultura Familiar, Abramovay mostra diversos conceitos que a abrangem.

Importante trabalho de Claude Servolin (1989) concebe a agricultura familiar contemporânea como *criatura do Estado e de sua política agrícola*: senhor daquilo que produz, do patamar técnico em que opera, de sua própria base fundiária, dos mercados de que depende e até da sua própria renda, o Estado contemporâneo responde pela reprodução social da agricultura familiar talvez mais do que por qualquer outro segmento produtivo da sociedade. (ABRAMOVAY, 1992, p.189).

Nessa linha convém lembrar que “a agricultura tem um papel decisivo no processo de rebaixamento permanente do custo de reprodução do trabalho”. (ABRAMOVAY, 1992, p.232).

A Agricultura Familiar, de uma forma geral, seria fruto da intervenção do Estado capitalista. Ademais, Abramovay (1992), por assim dizer, foge da discussão ou do impasse de que a AF somente seria caracterizada pelo uso exclusivo de mão de obra da família, não usando trabalho assalariado, ou de se o fato de usar mão de obra assalariada não é um fator que descaracterizaria esse modelo de produção.

Na agricultura de hoje, o comando não está com o agricultor, mas sim entre as mãos de uma esfera pública que orienta e determina a conduta de cada um. Agricultura familiar é certamente a atividade econômica no capitalismo contemporâneo mais fortemente submetida a constrangimentos coletivos na organização da produção. Sua pulverização em milhões de pequenas unidades mercantis tem como contrapartida a unidade no plano da oferta, obediência a um planejamento frequentemente estrito, em suma, a capacidade de funcionar em grande parte como organismo único. (ABRAMOVAY, 1992, p.203-4).

Segundo Plein (2011), a AF passou por várias adaptações e transformações, das quais chama a atenção a forma como se relaciona com o mercado, sendo mais voltado para o

sistema econômico vigente do que para as suas antigas lógicas mercadológicas. Nesse contexto, posiciona-se dentro de um cenário agropecuário mais amplo em que produzir e ter um mercado para seus produtos se tornou importante, e a subordinação às lógicas mercantis deixou de ser uma exceção e tornou-se normal, corriqueiro.

Lamarche (1993) acredita que a exploração familiar ao longo do tempo, nas diferentes sociedades, possui uma capacidade de adaptação, seja como agente de desenvolvimento tecnológico, seja por meio de integração de mercados, seja como um modo de produção de subsistência e único meio de não dependência do mercado, etc.

Desse modo, a agricultura familiar não é apenas uma produção familiar, mas um setor que passou por várias fases, que tem uma conotação econômica social, em que os núcleos familiares são o marco caracterizador, todavia que se relaciona de forma mercadológica também dentro do sistema econômico, que não está isolado apenas com os seus pares, (ARRANZ, 2014, p. 66).

Sob tal perspectiva, entendemos que a Agricultura Familiar teve que se submeter à lógica do capitalismo para sobreviver. No entanto, essa submissão ao capital não é total, podem-se manter, em algum sentido, algumas características marcantes do campesinato, sobretudo no que toca à estrutura fundiária.

De acordo com Chayanoy (1974), para que a agricultura ingresse no sistema capitalista mais geral não é necessária a criação de unidades de produção muito grandes, organizadas ao modo capitalista sobre a base da força de trabalho assalariada. A agricultura, saindo de uma existência seminatural, se submete ao capitalismo comercial que, muitas vezes, está sob a forma de empresas comerciais em grande escala, que conduzem massas dispersas de unidades econômicas camponesas à sua esfera de influência e vinculam com o mercado estes produtores de mercadorias em pequena escala, para subordiná-los economicamente. (PLEIN, 2011, p.12).

Ao se estudar o processo histórico da AF, é inevitável não notar que foi forçada a se modificar e a se adaptar às sociedades e seus novos modos de produção. No entanto, isso não foi feito de uma hora para outra. Sabe-se que a AF sofreu um processo de mercantilização e de novas formas de produção e escoamento, além de se fixar no mercado e no cenário produtivo nacional devido à reformulação destas; foi preciso

mudar, apesar de não tanto, para se firmar como uma lógica produtiva e distributiva baseada em um sistema mercantilizado, capitalista (SCHNEIDER, 2003, p.105). Segundo Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma “lenta e gradual” subordinação à indústria.

De uma forma mais ampla e que reafirma todos os seus modos de análises em que “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.”(LAMARCHE, 1993, p.15). Esse autor traz como conceito a capacidade da exploração agrícola de se adaptar aos diferentes sistemas econômicos e a agregação de elementos diversos em seu modo de produção e suas inter-relações.

Desse modo, a exploração familiar não é, portanto, um elemento da diversidade, mas contém nela mesma toda esta diversidade. Em um mesmo lugar e em um mesmo modelo de funcionamento, as explorações dividem-se em diferentes classes sociais segundo suas condições objetivas de produção (superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira etc.). Por exemplo, em uma mesma comunidade, as explorações, todas do tipo *Camponês*, podem ser mais ou menos importantes (em superfície ou em meios de produção), mais ou menos mecanizadas, mais ou menos técnicas etc., e, em cada caso, sua capacidade de adaptação e de reprodução deve variar consideravelmente. (LAMARCHE, 1993, p. 18).

2.1.1 Agricultura Familiar no Brasil

No Brasil há uma lei que define a Agricultura Familiar, no entanto, antes da definição em lei do que seria ou não AF, é preciso entender como se deu o processo do surgimento da mesma no Brasil e suas limitações, para além de compreender o porquê de o espaço rural ser como é no país. De acordo com Lamarche (1993), a Agricultura Família brasileira, bem como o seu campesinato, tem características peculiares no seu nascimento, isso porque é marcado por contextos sociais, legislação e modelo econômico da época de quando surgiu, e, desta forma, carrega até hoje a herança deste período, como algumas disparidades entre os agricultores patriarcais e os agricultores familiares. O autor afirma que a

A agricultura familiar no Brasil foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileiras, com suas

três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exploração e a escravatura (...).A fragilidade e a dependência social e política dos produtores do campo são reforçadas em toda parte por mentalidades forjadas pelas antigas relações do tipo senhor/escravo (...) sob precariedade: jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e de produção , e, especialmente, da terra: caráter extremamente rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção; pobreza da população engajada nestas atividades, como demonstra a grande mobilidade espacial e a dependência ante a grande propriedade. (LAMARCHE, 1993, p.179-180).

Essas características marcam o cenário no campo e as relações entre os agricultores patronais e seus empregados, entre o agricultor familiar e suas áreas e produção, seus estabelecimentos e a quantidade de produzida nos módulos familiares e patronais, bem como as rendas/valores dos mesmos.

Depois desse processo de reivindicações foi criada a Lei nº 11.326/2006 que trata e define a Agricultura Familiar e o seu modo de exploração. A criação dessa lei acontece devido a pressões de vários segmentos de agricultores familiares que não tinham respaldo legal para o seu tipo de produção e nem incentivos para mantê-los. De acordo com a lei supracitada, considera-se agricultor familiar quem não possuir área maior que quatro módulos fiscais, que faz uso da mão de obra familiar (não sendo obrigatório ser a única utilizada), sua renda ser oriunda de atividades econômicas do seu estabelecimento, gestão ser familiar do estabelecimento ou empreendimento. Essa lei beneficia e inclui silvicultores, quilombolas, extrativistas e pescadores (BRASIL, 2006).

A partir desse instrumento legal, vários programas de fomento e incentivo à exploração do campo por agricultores de cunho familiar vieram a ser implementados e outros, expandidos, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contribuem tanto para mercado, quanto para financiamento da produção para o agricultor familiar. Desta forma:

A pequena produção formada por agricultores familiares a partir de relações de trabalho entre os membros da família ou vizinhança estruturou-se para desenvolver atividades de produção e comercialização dentro e fora das propriedades rurais. Sendo que, o modo de produzir desses agricultores determinou a legitimidade pelo Estado da agricultura familiar como uma categoria específica de

produtores a partir de 1995 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2004 *apud* JESU; PERTILE, 2017, p. 03).

Além disso, percebe-se que o modelo produtivo rural adotado pelo Brasil ao longo de sua história, monoculturas em grandes latifúndios, e a maneira como foi tratada a questão rural no país influenciou a organização agrária presente no espaço rural brasileiro. Cenário que provocou um forte direcionamento da AF para o abastecimento local e regional, o que nos diz muito sobre sua importância, haja vista que o setor é o maior responsável por alimentar a população brasileira, isto é, por produzir alimentos. “A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e, inclusive algum potencial de contribuir ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros²”(BRASIL,2017). Desta forma seria um importante segmento da produção agropecuária brasileira. De acordo com Jesus e Pertile (2017, p.01):

No Brasil a agricultura familiar vem sendo discutida por vários autores a partir da questão agrária e suas implicações para o desenvolvimento da pequena produção rural. Nesse sentido, a agricultura familiar surgiu como uma categoria a partir de meados da década de 1990 sob pressão de movimentos sociais do campo no Sul do país ao Governo Federal para à criação de uma política pública específica que favorecesse aos pequenos produtores rurais crédito para o desenvolvimento da produção.

Portanto, a “agricultura familiar pode ser entendida como uma categoria de análise que compreende os elementos historicamente constitutivos da reprodução social no campo: terra, trabalho e meios de reprodução, mas trazendo os componentes de uma dinâmica emergente no campo”. (CARVALHO, DA SILVA, 2010, p.01).

Portanto, a agricultura familiar é um importante segmento na produção agropecuária brasileira, pois, além de produzir, majoritariamente, para o abastecimento do mercado interno, possui uma pequena fatia do mercado de exportações, algo em torno de 6%, além de empregar mais de 74% da mão de obra rural e produzir uma maior variabilidade de alimentos, desde o feijão à carne bovina (BRASIL, 2015). Com isso,

² Pelo menos no que toca ao tipo de “inflação importada”. A esse respeito consultar Sicsú (2008).

percebe-se o importante papel desempenhado pela AF e suas contribuições econômicas diretas e indiretas para a produção agropecuária.

Segundo Plein (2010), a agricultura familiar é um modelo de relevância econômica e social, que apresenta dados econômicos sociais importantes para o país, desde a produção de alimentos até o emprego de mão de obra no meio rural, o que ratifica o seu papel no cenário nacional e, mesmo que em uma pequena parcela, nas exportações. Essa capacidade e as relações de dependência entre propriedade, produção e família fazem com que haja essa discussão entre sua definição, em que o agente social, o agricultor familiar é parte fundamental e importante desse modelo de produção.

2.1.1.1 Dados sobre a AF no Brasil

Para entendermos melhor a importância desse modelo de produção agropecuário, é importante observar os dados do Censo Agropecuário de 2006, que teve sua última atualização em 23 de maio de 2016, sobre a Agricultura Familiar no Brasil. Dessa forma, poderemos observar quais as suas maiores contribuições para o desenvolvimento e para a economia do país.

Tabela 01: Quantidade de estabelecimentos e área utilizada pela agricultura familiar no Brasil, em hectares

Agricultura familiar	Total de estabelecimentos	%	Área total (ha)	%
Agricultura familiar	4 366 267	84,4%	80 102 694	24,0%
Brasil	5 175 636	100%	333 680 037	100%

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

De acordo com a Tabela 01, a Agricultura Familiar é responsável por 84,4% dos estabelecimentos rurais no Brasil, com uma área correspondente a 24% do total usado na agropecuária. E de acordo com o Quadro 01, das regiões brasileiras, é possível perceber que o Nordeste possui o maior número de estabelecimentos familiares. Cerca de 43% dos estabelecimentos familiares estão localizados nessa região, bem como tem a maior área destinada à AF no país, cerca de 8,5%, o que demonstra o quão importante é

a AF para esta região. Ademais, pode-se explicar porque o PRONAF e o PAA têm seus maiores beneficiários nessa região, de acordo com o Brasil (2016).

Quadro 01: Área utilizada pela AF por regiões, em hectares

Regiões	Agricultura familiar - Lei nº 11.326			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Norte	412 666	7,97%	16 611 277	4,98%
Nordeste	2 187 131	42,26%	28 315 052	8,49%
Sudeste	699 755	13,52%	12 771 299	3,83%
Sul	849 693	16,42%	13 054 511	3,91%
Centro-Oeste	217 022	4,19%	9 350 556	2,80%

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

De acordo com a Tabela 02, o uso das áreas pela AF são destinadas em sua maioria à lavouras e pastagens; ou seja: agricultura e pecuária. Destes, a lavoura é a que ocupa a menor área e está presente em 26% dos estabelecimentos agrofamiliares. Já a pecuária ocupa a uma maior área, cerca de 64 %, mas em um número menor de estabelecimentos, como mostra a Tabela 02 abaixo.

Tabela 02: Utilização das terras pela AF no Brasil, por tipo de produção

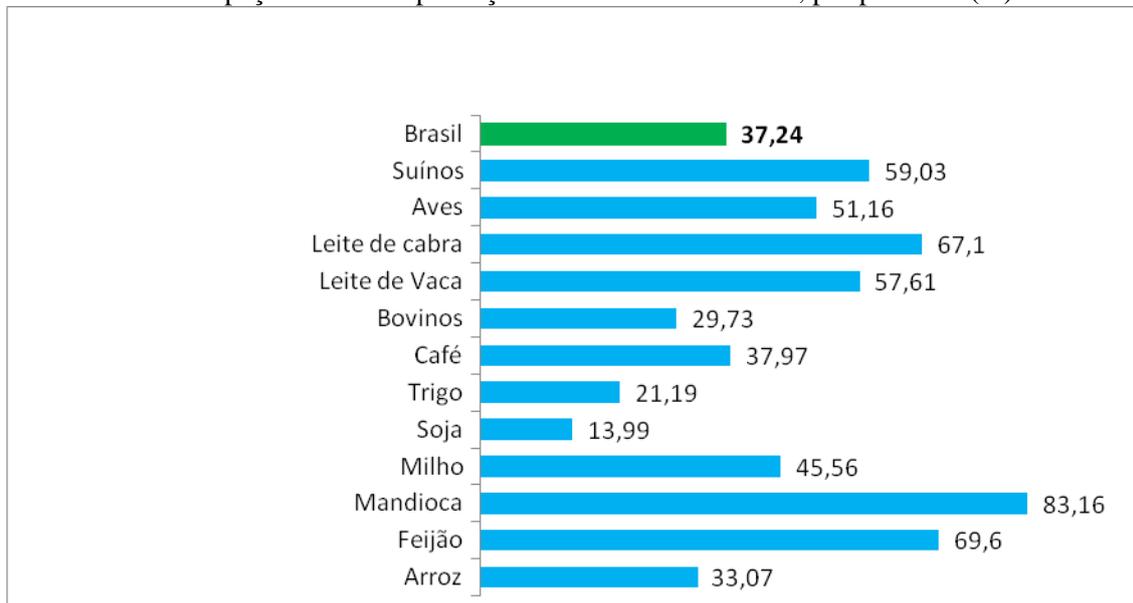
	Agricultura familiar				Total – Brasil	
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	Área (ha)
Lavouras	670.002	87,78%	2.009.378,49	38,60%	763.304	5.205.717,26
Pastagens	466.124	84,56%	4.787.779,85	37,22%	551.262	12.863.093,90
Outros	500.498	69,07%	3.149.572,06	27,36%	724.622	11.513.607,52

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE, 2006

Segundo dados do IBGE (2006), a agricultura familiar é responsável, no Brasil, por 83,16% da produção de mandioca, 69,60% de feijão, 45,56% do milho, 37,97% do café, 57,61% leite de vaca, 67,09% de leite de cabra, 51,16% das aves e 59,03% da criação dos suínos. De acordo com os dados do Brasil (2016), a AF é responsável pelo abastecimento interno, cerca de 70%, pois sua produção é voltada para o mercado interno, não para o externo, como a Agricultura Patronal. O consumo interno de feijão, de aves, suínos, bovinos, leite, mandioca, leites, arroz é abastecimento quase que integralmente pela produção da agricultura familiar (BRASIL, 2016). Desta maneira, a

AF é muito importante não pelo seu percentual no PIB, mas pela sua participação efetiva de produzir alimentos para a população do país.

Gráfico 01: Participação da AF na produção de alimentos no Brasil, por produtos (%)



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Tabela 03: Participação da AF na receita no Brasil, por tipo produtos (%)

Produtos	Agricultura familiar		Brasil
	Valor (mil)	Valor(%)	
Produtos vegetais	27 617 707	28,51%	96 885 978
Animais e seus produtos	10 471 597	28,21%	37 118 731
Animais criados em cativeiros (jacaré, <i>escargot</i> , capivara e outros)	121 293	26,26%	461 926
Produtos da agroindústria	1 475 094	48,61%	3 034 861
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros	130 624	22,90%	570 304
Outros	3034301,453	39,40%	7701279,598
TOTAL	42 850 617	29,40%	145 773 080

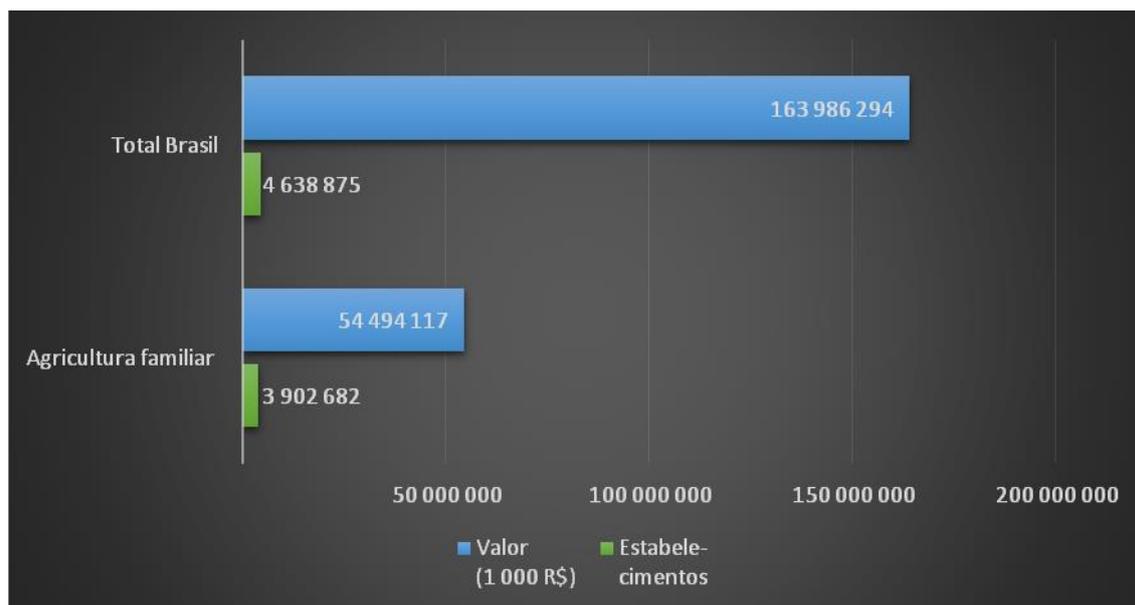
Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Com base no nos dados do IBGE 2006, a AF é responsável pela renda de 49% dos produtos da agroindústria, de 29% dos produtos vegetais, de 28% dos produtos animais, de 26% pelos animais criados em cativeiro, de 23% de prestação de serviços e de 33% de outros produtos. Dessa forma, demonstra quão importante é a agricultura familiar

para o Brasil no que tange à criação de rendas. A Tabela 03 nos mostra que 29% da renda do país por produtos rurais são atribuídos à AF, apesar de possuir menor área de cultivo e pastagem em relação à Agricultura Patronal.

Na agricultura familiar no Brasil, 84,4% do seu total de estabelecimentos é responsável por 33,23% do total do valor bruto da produção no país, como mostra o Gráfico 02. Percebe-se que aproximadamente 15% dos estabelecimentos agrícolas familiares são destinados à subsistência; assim, a produção familiar não é voltada exclusivamente para o mercado, o que garante uma parcela de renda não monetária às famílias, de tal forma que, em momentos de crise, essa renda funciona como uma espécie de colchão amortecedor, ao amortecer a queda na renda familiar.

Gráfico 02: Valor da produção dos estabelecimentos no ano, segundo a agricultura familiar - Brasil



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

2.1.2 Agricultura no Semiárido

O semiárido do Médio São Francisco abrange três estados: Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, de acordo com o Ministério da Integração Nacional (MIN, 2018). Dentre suas características gerais destaca-se a baixa pluviosidade, o clima semiárido, a caatinga como bioma e a margem do rio São Francisco. Isso representa muita diversidade e potencial agropecuário, tanto por parte da agricultura familiar local quanto pela

agricultura patronal (LEÃO; VIEIRA; GAIÃO; DE SOUZA, 2013). De acordo com Baiardi e Mendes (2006), a AF é praticada nessa região há décadas, com foco na pecuária, em especial a caprina, além da produção agrícola, que engloba desde a horticultura à fruticultura, em pequenas propriedades e núcleos familiares, voltados tanto ao abastecimento regional como à exportação.

Médio São Francisco que se localiza o Polo Agroindustrial de Petrolina-Juazeiro, um o maior produtor de fruticultura irrigada do país, com mais de 4.500 hectares plantados e mais de 4 milhões toneladas de frutas produzidas em média, ao ano. (CARNEIRO; COELHO, 2007). De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016), esta produção em maior escala é voltada para exportação e, em menor percentual, para o abastecimento do mercado interno.

Al igual que la agricultura empresarial, la agricultura familiar brasileña también presenta buenos resultados económicos, y contribuye al logro de la casi autosuficiencia agropecuaria nacional, así como a la consolidación de Brasil como un gran país exportador de alimentos a nivel mundial. (ORTEGA; JEZIORNY, 2014, p.166).

O semiárido brasileiro sempre foi visto como uma região de muitos problemas e pouca importância, por décadas, em que predominou a pequena produção agropecuária, desenvolvida em sua grande maioria pela agricultura familiar e de subsistência. No entanto, essa realidade produtiva sofreu alterações desde as últimas décadas do século XX com o projeto de irrigação local para na agricultura, além da expansão e consolidação do agronegócio desenvolvido no Médio São Francisco, em especial a fruticultura e a vitivinicultura (PRONAF, 2015).

Nesse contexto, essa parte do semiárido passou a ter maior visibilidade nacional, devido à sua capacidade de produção de frutas irrigadas e à produção vitivinícola, que contribuem substancialmente com o aumento na geração de renda (BRASIL, 2016).

O Submédio do São Francisco, cujo *boom* econômico é registrado após o projeto de plantio irrigado da fruticultura e da instalação de vinícolas, é caracterizada pela maior participação da agricultura familiar, cuja grande capacidade de produzir alimentos —

mesmo em menor escala que a agricultura patronal, mas com maior número de trabalhadores envolvidos e maior variabilidade de produtos. Nesse novo cenário, a própria família rural também vem sofrendo adaptações e transformações econômico-sociais importantes ao longo das últimas décadas, devido à inserção desse novo modelo produtivo (BRASIL, 2016).

O que é novo nessa região é o modelo de agronegócio vinculado a um projeto de irrigação do rio São Francisco e o seu volume de produção, o que vem trazendo mudanças nas relações entre agricultor familiar e os grandes empresários da região ao longo do tempo, se antes “(...) muitas vezes esses pequenos produtores de subsistência integravam-se à grande propriedade, fornecendo-lhe uma força de trabalho mal remunerada e recebendo em troca alguma proteção”. (LAMARCHE, 1993 p.182), desde o final do século XX, a agricultura familiar e o agronegócio produzem uma espécie de tensão e disputas, sobretudo por recursos naturais fundamentais, como a água³.

Como modelo de produção a AF é o modo econômico social mais praticado no Semiárido, além de ser mais socialmente inclusivo (LAMARCHE, 1993). Entretanto, a agricultura patronal, como modelo de produção que visa exclusivamente o lucro, no mais das vezes baseado na monocultura, consegue produções em grande escala, a partir de grandes áreas, e menos trabalhadores envolvidos em seu modo de produção, vem ganhando espaço no semiárido (LEÃO; VIEIRA; GAIÃO; DE SOUZA, 2013). Com isso, neste espaço dois modelos econômicos e duas propostas de desenvolvimento diferentes se apresentam (ABRAMOVAY, 2002).

Na região do médio São Francisco, a AF, como um modelo de apropriação do espaço agrário, passou por transformações que vão desde tentativas de melhorar a produção por meio de novas técnicas voltadas à adaptação ao semiárido e a presença da indústria vitivinícola.

Os estudos recentes evidenciam que grande parte da agricultura familiar no Brasil, inclusive no Semi-Árido, já não tem o cultivo da terra e a criação de animais como principal meio de vida, sendo cada vez menos do tipo *peasant* “stricto sensu”, sem, contudo, se converter

³ A esse respeito vale consultar os estudos publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus “Cadernos de Conflitos”.

facilmente no tipo *farmer*, cuja dependência de ecossistemas específicos é muito forte. (BAIARDI; MENDES, 2006, p.08).

Desse modo, houve uma certa melhoria produtiva, com cultivos mais adequados ao clima e ao bioma. Há também a inserção de uma nova cultura agrícola, a viticultura, tanto no que toca à produção de uvas de mesa como à atividade vinícola. Com efeito, verifica-se a transferência de boa parte da força de trabalho para essa indústria, em que se verifica o assalariamento do agricultor (MARTINS, 1980).

Nesses termos, convém levantar que a AF passa constantemente por novos desafios e se adapta às novas conjunturas apresentadas por modelos diferentes e consegue, como isso, evoluir, seja de uma forma mais, ou menos, mercadológica (SCHNEIDER, 2003). Nesse desenrolar, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares vão desde a introdução de novos processos produtivos até novas culturas, além, é claro, das flutuações típicas do mercado. No semiárido essas provocações estão ligadas, portanto, ao novo contexto econômico em que o Vale do São Francisco se apresenta atualmente (BAIARDI; MENDES, 2006).

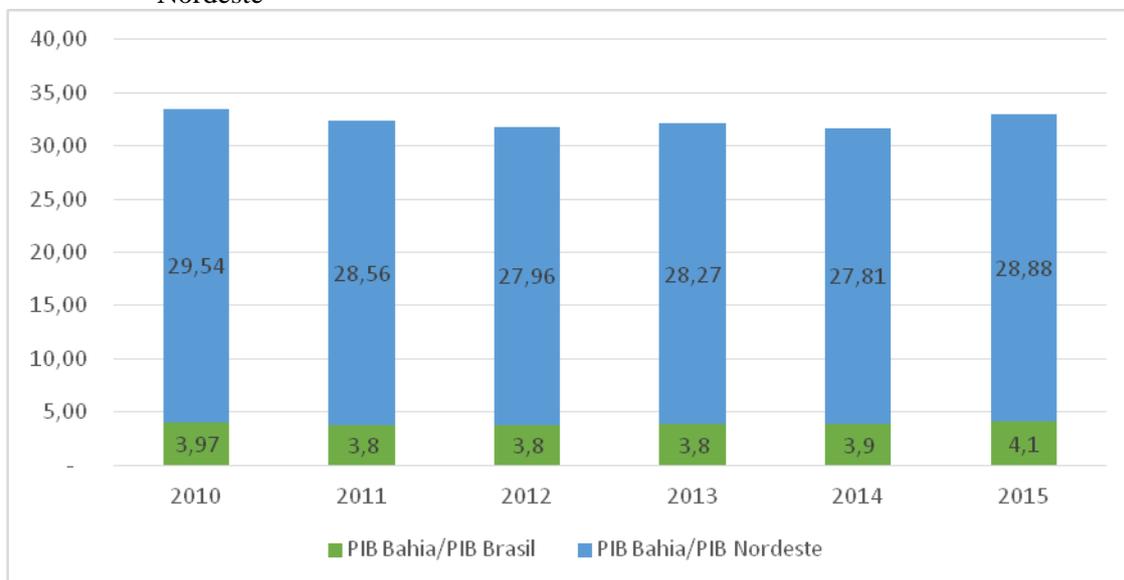
No entanto, é necessário perceber quais transformações essa nova conjuntura promove, de fato, na AF. Sabe-se que a produção dos pequenos agricultores no semiárido exige maiores esforços e investimentos, embora haja uma tentativa de melhorias e de desenvolvimento por novas técnicas e novos produtos (ABRAMOVAY, 1999). É necessário compreender, portanto, como o processo de transformações e adaptações da AF está sendo feito e como a agroindústria contribui para isso em distintos recortes espaciais. Na seção seguinte procuramos desvendar um pouco dessa dinâmica no estado da Bahia.

2.1.2.1 Agricultura Familiar na Bahia

O Estado da Bahia é o quinto maior estado brasileiro em área, isto é em extensão geográfica, e o maior da região Nordeste. Sua economia é a sexta em produção de riqueza baseada principalmente em turismo, indústria, mineração serviços e a agropecuária (IBGE, 2016). Portanto, esse estado é muito importante para o cenário

econômico nacional e regional., com participação no PIB do Brasil de 4,1% e de 28,88% da Região Nordeste, em 2015, como mostra o Gráfico 03 abaixo.

Gráfico 03: Participação do PIB do Estado da Bahia na composição do PIB do Brasil e da região Nordeste



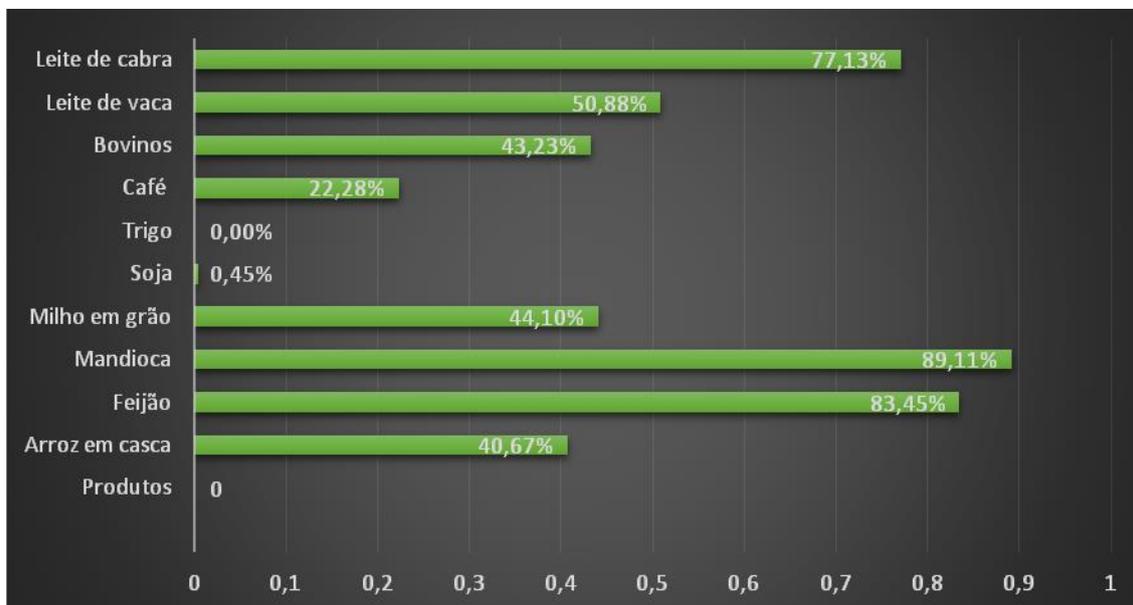
Fonte: Elaboração própria, 2018 com base em IBGE, 2017

Dentre suas atividades econômicas, a agropecuária se destaca, sobretudo com as produções de bovinos, leite, mandioca, soja e frutas. O estado é responsável, junto ao estado de Pernambuco, por quase a totalidade da produção de uva de mesa do país (BRASIL, 2016).

De acordo com dados do Censo Agropecuário 2006, o estado da Bahia possui o maior número de agricultores familiares do país distribuídos em 665.831 estabelecimentos. Os dados expostos no gráfico abaixo mostram que os estabelecimentos familiares são responsáveis por cerca de 90% da produção de mandioca, 83,45% da produção de feijão, 77,13% da produção de leite de cabra, 75,70% da produção de suínos, 60,35% da produção de aves, 50,88% da produção de leite de vaca, 43,23% da criação de bovinos, 44,10% da produção de milho, 40,67% da produção de arroz, 22,28% da produção de café no estado. Não há registro de produção de trigo e há menos de 0,5% da produção de soja pelos agricultores familiares na Bahia, o que ilustra a baixa vocação à produção de commodities por parte desse estrato social que, por outro lado, representa grande

papel no que toca ao abastecimento interno, sobretudo de alimentos, com cerca de 60% do total da produção⁴, como pode ser observado no Gráfico 04.

Gráfico 04: Participação da agricultura familiar na produção de alimentos na Bahia, por produtos (%)



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Na Bahia, a agricultura familiar utilizar 38,60% da área para a lavoura, 37,22% para pastagens e 27,36% para outros, de acordo com a Tabela 04. Esse uso se deve ao fato de que aos agricultores familiares baianos cultivam lavouras não permanentes, como mandioca, feijão e milho, e usam as pastagens para a criação e bovinos, caprinos e ovinos, na maioria dos seus estabelecimentos.

Tabela 04: Utilização da área pela AF na Bahia, de acordo com o tipo de produtos em números e porcentagens

	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Lavouras	670002	87,78%	2009378,5	38,60%
Pastagens	466124	84,56%	4787779,9	37,22%
Outros	500498	69,07%	3149572,1	27,36%

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

⁴Se excluirmos a produção de soja. No entanto, essa porcentagem cai para 37,40% se incluirmos a soja na produção total.

Na Bahia, como mostra a Tabela 05 abaixo, os produtos vegetais e animais são responsáveis por aproximadamente 70% das receitas da agricultura familiar. Os produtos da agroindústria vêm em seguida com 27,31% da receita.

Tabela 05: Participação da AF na receita no estado da Bahia, por atividades, em números e porcentagem

	Nº Estabelecimentos	%	Valor (1 000 R\$)	%
Produtos vegetais	285 996	86,09%	2 125 272	35,07%
Animais e seus produtos	222 071	84,03%	554 545	35,90%
Produtos da agroindústria	49 548	89,74%	173 863	27,31%
Outros	18290	83,33%	49264,607	30,52%
Total – Bahia	575 905	100%	2 902 943	34,55%

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

2.2 AGRICULTURA PATRONAL (AP)

A Agricultura Patronal é um modelo de produção agrícola que tem suas características ligadas diretamente ao sistema capitalista, já que visa ao lucro e ao excedente de produção através da exploração da força de trabalho com extração de mais-valor, voltado exclusivamente para o mercado, seja este interno ou externo. Tal tipo de agricultura é tratado como uma indústria, e seus gestores são, em geral, “empresários”, e não “agricultores puros”. Desta forma se opõe diretamente ao modelo de produção da agricultura familiar.

A classificação que Radoje Nikolitch empregou (...). *Larger than farms*, que poderíamos traduzir como unidades produtivas ultrafamiliares ou patronais, são aquelas onde os membros da família não executam nenhuma atividade diretamente ligada ao processo de trabalho ou executam, mas numa proporção menor que a oferecida pela mão de obra contratada. (ABRAMOVAY, 2002, p.153).

Nesse tipo de agricultura, o desenvolvimento tecnológico é incentivado e desenvolvido para o aumento da produção por área, diminuição do uso de trabalhadores assalariados, busca por maior lucratividade e maior participação no mercado. Além disso, a sua gestão, diferentemente do que ocorre com as explorações familiares, tem o empresário ou diretores/gerentes como gestores responsáveis pela tomada de decisão, sempre de acordo com o mercado. As culturas ou produtos da AP são altamente especializados, ou

seja, a monocultura é dominante, geralmente como uma produção de larga escala e forte mecanização (LEÃO; VIEIRA; GAIÃO; DE SOUZA, 2013).

No Brasil, o grande produtor rural, com base na legislação, é toda pessoa que possuir mais de 15 módulos fiscais⁵ (BRASIL, 1993). Dessa forma, aliaremos o que diz a lei e as características dos conceitos de uma agricultura patronal para analisarmos a participação do modelo no cenário do país.

2.2.1 Dados da Agricultura Patronal (AP) no Brasil

As diferenças entre a agricultura patronal e familiar são bastante acentuadas no Brasil, isso devido às suas formações históricas. Conhecer essas diferenças faz com que possamos analisar o papel que cada uma desempenha no que tange à produção de alimentos, à geração e distribuição de renda, à questão agrária (que é um fator de tensão entre ambas), bem como a forma pela qual se posicionam enquanto geradoras de empregos, dentre outros fatores de diferenciação.

O Quadro 02 mostra que existem 809.369 (oitocentos e nove mil e trezentos e sessenta e nove) estabelecimentos da agricultura patronal, que representam 15,60% do total de estabelecimentos rurais no Brasil. A área total desses estabelecimentos somada é de 253.577.343 hectares (duzentos e cinquenta e três milhões, quinhentos e setenta e sete mil e trezentos e quarenta e três hectares), o equivalente a 76% das áreas rurais do país, como pode ser observado na Tabela 06 percebe-se que a questão agrária ou a centralização de terras pela AP é muito forte, o que não ocorre em relação a AF. Ao mesmo tempo, o uso de maiores áreas na produção é algo que vem desde o processo de

⁵Módulo Fiscal: Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Fonte: EMBRAPA, acessado em <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>.

colonização e que até o presente momento não houve uma ruptura desta prática, como ocorrera a outros países que lograram realizar suas reformas agrárias⁶.

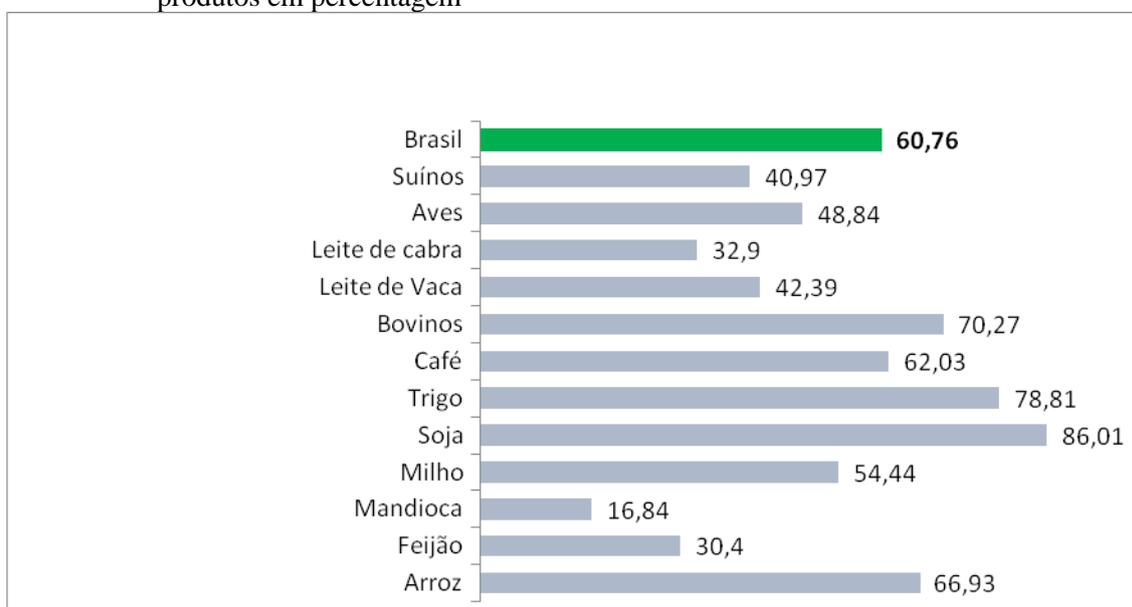
Quadro 02: Área utilizada pela agricultura patronal no Brasil, em hectares

	Total de estabelecimentos	Área total (ha)
Não familiar	809 369	253 577 343
Brasil	5 175 636	333 680 037

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Quando observamos, a partir dos dados do IBGE (2006), em quais culturas ou tipo de produção a AP faz uso desta grande quantidade de área, percebe-se que 96,26% dos estabelecimentos dedicam 16,94% de suas áreas a lavouras, em geral monoculturas e 48,82% a pastagens. Sabe-se que o Brasil é um dos maiores produtores de carnes do mundo, o que explica o percentual de áreas dos estabelecimentos da Agricultura patronal dedicada a pastagem.

Gráfico 05: Participação da agricultura patronal na produção de alimentos no Brasil, por produtos em percentagem



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

⁶Inglaterra, Holanda, Suécia, Estados Unidos e França há séculos. Japão, Itália, México e outros países mais recentemente. Além dos países que experimentaram revoluções socialistas e que experimentaram intervenções na propriedade da terra.

No que diz respeito à produção de alimentos, como mostra o Gráfico 05, a agricultura patronal é responsável por 60,76% da produção total do país, de acordo com os dados do IBGE, expostos no Gráfico 05. Os produtos que tem destaque são a produção de bovinos (70,27%), soja (86,01%), trigo (78,81%), arroz (66,93%), café (62,03%) e milho (54,44%). Esses produtos são os mais exportados. Para além disso, são *commodities* que têm seus preços em dólares, já que são negociados em bolsas de valores, o que explicaria a proporção da participação da AP na produção de alimentos, uma vez que em geral são monoculturas e uma única espécie de gado. É importante ressaltar que, como esses produtos se destinam à exportação, a agricultura patronal não tem uma participação maior do que 30% no abastecimento do mercado interno, papel este desempenhado pela AF.

A agricultura patronal gera uma receita de R\$ 4, 7 bilhões, cerca de 60,60%, do total nacional. A Tabela 06, mostra em quais atividades, os montantes gerados e a participação de cada uma nas receitas agropecuárias brasileiras.

Tabela 06: Receita gerada pela AP de acordo com a atividade no Brasil, em mil reais

Atividades	Não familiar		Brasil
	Valor (mil)	Valor(%)	Valor (mil)
Produtos vegetais	69 268 271	71%	96 885 978
Animais e seus produtos	26 647 134	72%	37 118 731
Animais criados em cativeiros (jacaré, <i>escargot</i> , capivara e outros)	340 633	74%	461 926
Produtos da agroindústria	1 559 767	51%	3 034 861
Prestação de serviço de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários por terceiros	439 681	77%	570 304
Outros	4666978,145	61%	7701279,598

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

3 VITIVINICULTURA NO BRASIL

A vitivinicultura é o segmento da produção de uvas e vinhos, que concentra tanto a produção de uvas para o consumo *in natura* como para a produção de vinhos e destilados, como espumante e vermute. No Brasil, o primeiro vinhedo produtivo data da primeira metade do século XVI, no Planalto de Piratininga, São Paulo, fundado por Brás Cuba (ORTEGA; JEZIORNY, 2011). De lá para cá, a vitivinicultura passou por formulações e reformulações sobre seu plantio e produção, até o presente momento, em que é um setor muito importante para a economia do país e vem crescendo ao longo do tempo (CARNEIRO; COELHO, 2007).

As primeiras parreiras da indústria vitivinícola foram plantadas em São Paulo, mas é na região sul que iria se desenvolver e ganhar sua importância no cenário econômico e social, com a chegada dos imigrantes italianos, principalmente ao estado do Rio Grande do Sul (ORTEGA; JEZIORNY, 2011, p. 30).

O estado do Rio Grande do Sul figura há décadas como o maior produtor de vinho do país e traz o modelo de agricultura familiar como maior representante desse segmento; ou seja, a maioria dos produtores de vinho nacional não são megaempresas ou grupos megaindustriais, mas núcleos familiares. Este fator pode ser explicado por sua constituição espacial e geográfica. Desta forma, este o Rio Grande do Sul

(...) ainda hoje em dia, apesar da expansão em outras regiões do país, a indústria vitivinícola nacional tem naquele estado sua grande referência, pois ali se produz 90% do vinho brasileiro e residem 80% das vinte mil famílias ligadas a vitivinicultura no Brasil. (ORTEGA; JEZIORNY, 2011, p.30).

Apesar da importância da Agricultura Familiar para o desenvolvimento da indústria vitivinícola brasileira, as multinacionais se instalam e ingressam no Brasil nas décadas de 1960 e 70, sendo que o país se tornou um importante polo na produção e comercialização de vinhos. A entrada dessas empresas fez com que houvesse modificações nas estruturas de comercialização e produção. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se introduz um novo modelo de produção e comercialização de vinhos,

abre-se espaço para a exportação de vinhos, o que faz com que o Brasil também se tornasse um mercado vitivinícola internacional (ORTEGA; JEZIORNY, 2011).

No Brasil, o vinho não é a bebida mais consumida, ele está atrás da cerveja e da aguardente. De acordo com a ABRAVIN (2017), o consumo médio anual de vinho pelos brasileiros era de 1,8 litros, o que é média bem baixo dos chilenos, argentinos e uruguaios, com consumo de 26, 24 e 22 litros anuais, respectivamente. Sabe-se que os maiores consumidores de vinho no país estão localizados na região sul e sudeste, as maiores produtoras deste produto (ABRAVIN, 2017).

Quadro 03: Área plantada com videiras no Brasil e regiões, em hectares

Brasil e Região/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	81534	81840	82897	79759	78779	78026	77132
Norte	20	25	27	27	25	27	27
Nordeste	10559	9746	9403	9301	9895	9842	10012
Sudeste	10837	11506	12158	9776	8972	8814	8694
Sul	59804	60247	61001	60297	59585	59050	58125
Centro-Oeste	314	316	308	358	302	293	274

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

No Quadro 03, pode-se observar a diminuição de 5,39% de área plantada no Brasil entre 2010/2016. Essa tendência é observada em quase todas as regiões do país, com destaque a região Sudeste, que teve queda de 19,88%, seguida pelo Centro-Oeste, de 12,73%. As que menos tiveram queda em relação a essa variável foram o Sul e Nordeste, com 2,81% e 5,29%, respectivamente. A única região que vai de encontro a esse declínio em relação a área plantada é a Norte, que, no mesmo período, teve um aumento em suas áreas plantadas em 35%. Vale destacar que as regiões Sul e Nordeste, com tamanhos de 58.125 hectares e 10.012 hectares, respectivamente, mantêm-se como as regiões que utilizam as maiores áreas plantadas do país.

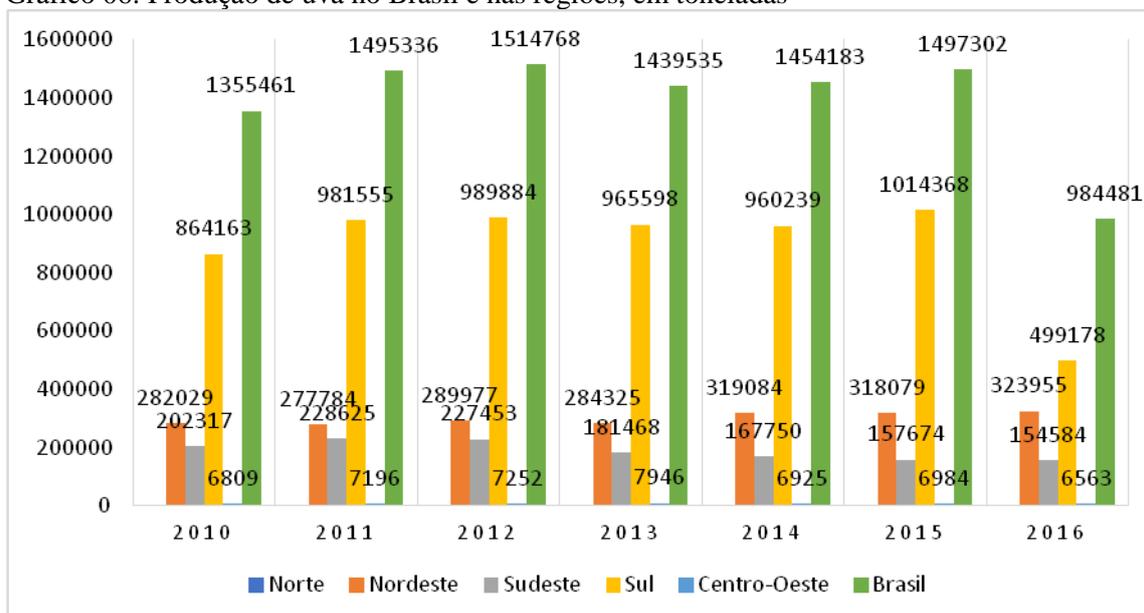
O Quadro 04 demonstra que, assim como a área planta de uvas no Brasil, a área colhida segue a mesma tendência de queda. O país colheu 5,54% menos em 2016 com relação a 2010. O Sudeste é a região que mais teve queda na área de colheita, de 19,79%; a centro oeste, de 12,73%; a nordeste, 5,29%; e a sul, de 3,01%. A região norte é a única que tem crescimento no mesmo período e aumento de 35% de área colhida.

Quadro 04: Área Colhida de Uva no Brasil e Regiões, em hectares

País e estados/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	81518	81839	82063	79483	78765	78011	76997
Norte	20	25	27	27	25	27	27
Nordeste	10559	9746	9403	9301	9895	9842	10012
Sudeste	10834	11506	11605	9776	8972	8814	8689
Sul	59798	60246	60720	60022	59573	59035	57995
Centro-Oeste	307	316	308	357	300	293	274

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Gráfico 06: Produção de uva no Brasil e nas regiões, em toneladas



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

De acordo com os dados do Gráfico 06, em relação à produção de uvas no Brasil houve uma queda na produção da ordem de 27,37%, no período 2010-2016. Percebe-se que a produção de uvas no país, entre 2010 a 2011, apresentou aumento, para em 2013 ter uma leve queda e nos dois anos subsequentes aumentos consecutivos, até 2016, quando há uma queda acentuada na produção. Esse declínio pode ser explicado pela queda de 42,24% na produção de uva de sua maior região produtora, o sul, que vinha de 2010 até 2015 em curva ascendente e tem uma queda brusca. Em relação ao ano de 2015/2016, essa queda chega a 49,21%, de acordo com ABRAVIN (2017), essa queda está relacionada a questões climáticas, como geadas e granizos, nos meses de setembro e outubro, e por um fungo que atingiu as parreiras na época da florada.

Ainda é possível perceber que a região Sudeste seguiu a tendência de queda da região Sul, mas em percentual menor, de 23,59% de declínio. No entanto, essa queda de produção de uva no Brasil poderia ser maior se as outras regiões não apresentassem aumento na sua produção, principalmente o Nordeste, que teve um aumento de 14,87% em sua produção nos anos de 2014, em relação ao ano de 2010, e manteve-se constante entre 2014-2016. O Nordeste, atualmente, é a segunda maior produtora de uvas do país, superando a sudeste. As outras regiões apresentaram aumento na produção em termos percentuais, mas não capaz de alterar a perspectiva de queda da produção nacional.

Quadro 05: Área plantada de videiras por estados, em hectares

Brasil e Estado/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Rondônia	20	25	27	27	25	27	27
Piauí	12	11	10	10	9	7	10
Ceará	219	75	44	45	25	38	36
Paraíba	90	112	102	102	202	122	132
Pernambuco	6964	6822	6763	6787	6797	6814	6974
Bahia	3273	2718	2484	2357	2862	2861	2858
Minas Gerais	755	753	767	828	784	856	830
Espírito Santo	72	89	115	128	138	148	154
Rio de Janeiro	6	7	7	8	10	7	16
São Paulo	10004	10657	11269	8812	8040	7803	7694
Paraná	5969	6064	5824	5276	4681	4465	4164
Santa Catarina	5082	4985	4997	4965	4897	4846	4735
Rio Grande do Sul	48753	49198	50180	50056	50007	49739	49226
Mato Grosso do Sul	20	13	11	11	18	13	9
Mato Grosso	87	67	63	58	57	51	56
Goiás	142	176	166	214	150	150	146
Distrito Federal	65	60	68	75	77	79	63
Brasil	81534	81840	82897	79759	78779	78026	77132

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

O Quadro 05 mostra que os estados que mais possuem áreas plantadas de uva entre 2010-2016 são o Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Bahia, respectivamente. Nota-se que o Rio Grande do Sul é o estado que desde 2010 possui as maiores áreas plantadas de uva no Brasil, chegando em 2016 a ter 63,82% da área

plantada, isso em curva ascendente desde 2010. A Bahia possui 3,71% de área plantada entre esses seis maiores produtores de uva.

Quadro 06: Área colhida de uvas por Estado, em hectares.

Brasil/Estados e ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Rondônia	20	25	27	27	25	27	27
Piauí	12	11	10	10	9	7	10
Ceará	219	75	44	45	25	38	36
Paraíba	90	112	102	102	202	122	132
Pernambuco	6964	6822	6763	6787	6797	6814	6974
Bahia	3273	2718	2484	2357	2862	2861	2858
Minas Gerais	755	753	767	828	784	856	830
Espírito Santo	72	89	115	128	138	148	154
Rio de Janeiro	6	7	7	8	10	7	16
São Paulo	10001	10657	10716	8812	8040	7803	7689
Paraná	5969	6064	5823	5276	4681	4459	4141
Santa Catarina	5082	4985	4997	4963	4897	4843	4682
Rio Grande do Sul	48747	49197	49900	49783	49995	49733	49172
Mato Grosso do Sul	20	13	11	10	16	13	9
Mato Grosso	87	67	63	58	57	51	56
Goiás	142	176	166	214	150	150	146
Distrito Federal	58	60	68	75	77	79	63
Brasil	81518	81839	82063	79483	78765	78011	76997

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE, 2006

Assim como na área plantada, o Rio Grande do Sul é o destaque em área colhida de uvas, representando 63,82% da área colhida de uva no Brasil em 2016, mas com uma pequena queda em relação a si mesmo no ano de 2015, de 1,13%. Esse estado apresentou crescimento em área plantada ao longo de seis anos e teve essa leve queda no último ano, como mostra o Quadro 06 acima. A Bahia apresentou ao logo do período de 2010/2016 queda em três anos e crescimento nos últimos quatro anos. Esse estado passou de 4,01% em 2010 para 3,71% da área colhida, uma queda de 12,68% de participação no cenário nacional.

Quadro 07: Produção de uvas por Estado, em toneladas

Brasil e Região/Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Maranhão	20	16	-	-		-	-
Piauí	288	146	324	320	252	168	240
Ceará	6650	1770	767	664	573	940	760
Paraíba	1620	2016	1836	1836	4036	2196	2636
Pernambuco	195168	208660	224758	228727	236719	237367	242967
Bahia	78283	65176	62292	52778	77504	77408	77322
Minas Gerais	10113	9873	10831	12725	11557	12615	11224
Espírito Santo	1636	1344	1810	1999	2226	2327	2509
Rio de Janeiro	82	118	128	142	145	101	258
São Paulo	190486	217290	214684	166602	153822	142631	140593
Paraná	103394	83948	78614	88402	78979	69035	52198
Santa Catarina	66251	67321	71019	69503	68743	69118	33245
Rio Grande do Sul	694518	830286	840251	807693	812517	876215	413735
Mato Grosso do Sul	267	186	134	98	186	105	97
Mato Grosso	1491	1233	1188	1144	1370	981	1351
Goiás	3762	4469	4570	4859	3524	4008	3729
Distrito Federal	1289	1308	1360	1845	1845	1890	1386
Brasil	1355461	1495336	1514768	1439535	1454183	1497302	984481

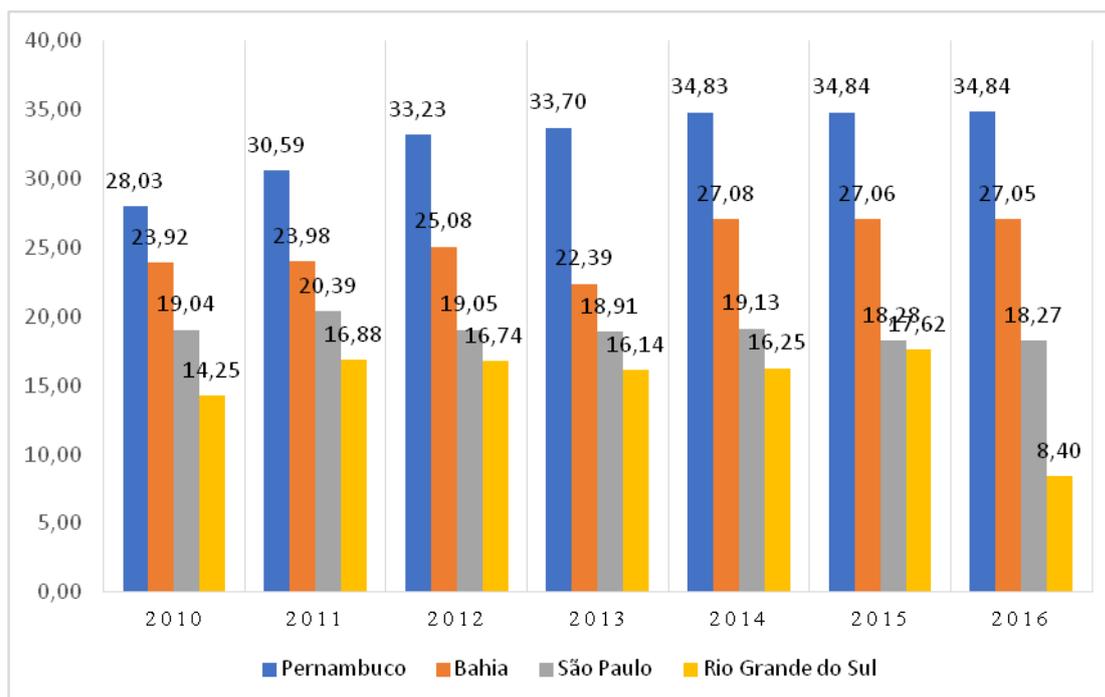
Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Observa-se no Quadro 07 que os maiores produtores de uva do país são os estados do Rio Grande do Sul, com 413.735 toneladas de uva; o estado de São Paulo com 140.593 toneladas de uva, Pernambuco com 242.967 toneladas, e Bahia, com 77.322 toneladas de uva. Juntos, estes estados representam 88,84% da produção de uva no país, sendo o Rio Grande do Sul o que maior representante em relação a produção, com 42,03%.

De acordo com o Gráfico 07 e o Quadro 08, em 2016 o estado de Pernambuco foi o mais produtivo por hectare, com uma produção de 34,84 toneladas/hectare, seguido pelo estado da Bahia, com 27,05 toneladas de uva por hectare, São Paulo, com 18,27, e Rio Grande do Sul, com 8,4 toneladas por hectare. Pernambuco foi o único estado que teve uma curva de crescimento entre 2010/2014, e nos últimos dois anos manteve-se constante. O mesmo não ocorre com o Rio Grande do Sul, que no período entre 2011/2015 cresceu e em 2016 teve uma queda muito acentuada em seu índice de

produtividade de 0,59 em 2016 em relação a 2010, essa queda tão acentuada na produtividade deve-se a fatores climáticos, geadas e granizo, e de fungo que atingiu a plantação nos momentos de florada e de sua reprodução. São Paulo vem apresentando queda de produtividade em 2015 e 2016 de 0,04. A Bahia apresentou alta nos três últimos anos de 0,13 no seu índice de produtividade (tonelada/hectare).

Gráfico 07: Produção de uva nos maiores estados produtores, em milhões toneladas



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Quadro 08: Índice⁷ de Produtividade de uvas por hectares nos maiores estados produtores (Base:2010)

Produtividade e por hectare/ Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Pernambuco	1,09	1,18	1,20	1,24	1,24	1,24
Bahia	1,00	1,04	0,94	1,13	1,13	1,13
São Paulo	1,07	1,00	0,99	1,00	0,96	0,96
Rio Grande do Sul	1,18	1,17	1,13	1,14	1,23	0,59

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

O Rio Grande do Sul, apesar de apresentar nos últimos anos uma queda em sua produção de uva, ainda segue como o maior produtor de vinhos no país, responsável por

⁷ Índice de produtividade de uvas tem como ano base 2010, construído a partir da produção de cada estado nos anos subsequentes dividindo pela produção do ano base e mais um { (Prod. Ano X/ Prod. Ano 2010)+1 } .

mais de 90% da produção nacional. Pernambuco e Bahia, no entanto, apresentam índices de produtividades melhores nos últimos sete anos devido as técnicas de irrigação das águas do Rio São Francisco e do vinhedo ser dividido em quadros, que possibilita o controle de reprodução, usados na produção de uvas na região do submédio São Francisco, o que possibilita 2,5 safras anuais e a ininterrupta produção, (MELLO, 2016).

O Quadro 09 mostra que a queda na produção da uva, no Rio Grande do Sul, refletiu na produção do vinho. O estado passa da produção 442,5 milhões de vinhos em 2015 para 200,55 milhões de litros de vinhos em 2016, uma queda de 54,68% de um ano para outro.

Quadro 09: Produção de Vinhos e Derivados de Uva no Rio Grande do Sul, em milhões de litros

Ano	Vinhos Viníferas	Vinho Comum	Outros Derivados da Uva e do Vinho	Total
2010	27,85	195,25	98,96	322,06
2011	52,2	258,73	151,15	462,08
2012	48,6	213,1	167,28	428,98
2013	48,4	197,9	125,15	371,45
2014	38,46	196,07	140,19	374,72
2015	39,2	210,3	193	442,5
2016	18,07	86,32	96,16	200,55

Fonte: CONAB, 2017

Quadro 10: Comercialização de vinhos e de suco de uva provenientes do Rio Grande do Sul, em litros, 2014/2016

Produção	2014	2015	2016
Vinho de mesa1	206.404.427	209.198.468	166.767.953
Tinto	178.250.072	182.028.785	146.646.696
Branco	26.734.500	25.760.681	18.729.315
Rosado	1.419.855	1.409.002	1.391.942
Vinho fino2	20.424.983	20.141.631	19.630.158
Tinto	15.354.938	15.572.632	15.228.514
Rosado	164.219	169.185	172.351
Branco	4.905.826	4.399.814	4.229.293
Vinho frisante	1.893.469	1.836.167	1.727.386
Espumantes	12.602.610	13.886.440	12.443.419
Espumante moscatel	4.588.465	5.010.704	4.507.739
Suco de uva integral	83.391.366	108.317.986	85.139.803
Suco de uva concentrado3	196.799.675	174.617.385	144.298.920
TOTAL	530.727.006	533.008.781	434.515.378

Fonte: EMBRAPA ,2017

Como pode ser observado no Quadro 10 abaixo, a comercialização de vinhos e sucos de uvas também teve um declínio aproximadamente 98 milhões de litros desses produtos em 2016 em relação aos dois anos anterior. No entanto, não se pode afirmar que essa queda na comercialização tenha refletido na receita produzida pela mesma, já que há a possibilidade de que tenha havido aumento dos preços praticados devido a queda na produção e, por conseguinte na comercialização dos vinhos e sucos de uvas.

3.1 VITIVINICULTURA NO SEMIÁRIDO

O Nordeste brasileiro surge como um potencial produtor vitivinícola, sobretudo como estratégia de diversificação na indústria nacional por parte das multinacionais que se instalaram no Brasil ao longo do século XX (ORTEGA; JERZIONY, 2011, p.42).

Desde então, essa região vem aumentando sua produção, fabricação e comercialização de uvas e vinho, se apresentando como a segunda maior região produtora no Brasil (MELLO, 2015).

A produção vitivinícola do Nordeste se localiza no Vale do São Francisco, entre os estados de Pernambuco e Bahia. A irrigação é o fator diferenciador na produção local que tem sua “Economia da região fortemente marcada pela agricultura irrigada e pela produção de frutas tropicais. A região é responsável por quase 100% da produção de uva de mesa no Brasil”. (KROGER, 2012, p.35). Além disso, de todas as regiões produtoras mundiais de vinho é o lugar em que pode-se produzir ou colher 2,5 safras de uvas ao ano, devido ao sistema de irrigação associado às características edafoclimáticas que se verifica naquele espaço. Com isso, o Vale do São Francisco desponta como o segundo maior produtor de vinhos nacional.

No que tange à vitivinicultura, o Vale do São Francisco é a única região do mundo capaz de produzir uva o ano inteiro e obter entre duas e três safras por ano por conta das suas características climáticas e da irrigação das vinícolas com águas do rio São Francisco. (...) A vitivinicultura no VSF, desde então, desenvolveu-se consideravelmente até alcançar a atual (2012) posição de segundo maior destino produtor de vinhos finos do país, estando atrás apenas do Vale de Vinhedos (RS). As condições climáticas e do solo da região, associadas à tecnologia da irrigação, permitem que o VSF seja a única região do mundo capaz de produzir mais de 2,5 safras por ano. Dessa forma, o VSF conta com sete vinícolas produtoras de vinhos finos e espumantes e produz o equivalente a 15% da produção de

vinhos do país, cerca de sete milhões de litros por ano. Os vinhos do VSF são vendidos aos mercados interno e externo, sendo exportado para países com o Japão e Estados Unidos. (ROCHA; ZANINI, 2010 *apud* KROGER, 2012, p. 13 -14).

Desta forma, a vinicultura dessa região é responsável por mais de 15% do abastecimento no mercado interno de uvas de mesas e de uma parcela no mercado vinícola de 10% de vinhos e espumantes (BRASIL, 2015). A indústria vitivinícola no Vale do São Francisco vem ganhando cenários para além das porteiras do semiárido. Isto, devido a sua produção em larga escala crescente nas últimas décadas, mas, também, da sua capacidade de movimentar cifras milionárias anualmente. Segundo Carneiro; Coelho (2007), na região do semiárido, ou melhor, no Vale do São Francisco, o mercado de vinho apresenta-se em expansão, com as vendas crescendo a média superior a 20% anuais, sendo que em 2005 só em exportação de uvas de mesa foram US\$101,91 milhões, “Os vinhos do Vale do São Francisco são vendidos tanto para o mercado nacional quanto para o internacional, sendo exportados para países da Europa, Japão e Estados Unidos, entre outros”. (GAZETA DO POVO, 2015 *apud* SÁ, SILVA; BANDEIRA, 2015).

Essa indústria emprega força de trabalho local, sendo em sua maioria de agricultores familiares. Além de comprarem parte da produção de agricultores locais (LEÃO *et al.*, 2013). É possível concluir que essa indústria vem se mostrando de grande importância para a economia da região, e aumentando a sua produtividade e capacidade de distribuição.

De acordo com os Quadros 11 e 12, entre o ano de 2010 e 2016, a região Nordeste, logo no primeiro ano pesquisado, apareceu com 10.559 hectares e o estado da Bahia com 3.273 hectares plantados e colhidos, respectivamente. No entanto, nos três anos posteriores, houve uma queda gradual nesses números, havendo um aumento, também gradual, a partir de 2014. Em 2016, o Nordeste tinha 1.0012 hectares de áreas plantadas e colhidas, um número 5% menor que em relação a 2010. A Bahia seguiu a tendência da sua região e em 2016, tinha 2.858 hectares de área de uvas plantadas e colhidas, que significa um percentual a menos de 12,68% a menos que em 2010. Vale ressaltar que apesar de ter havido uma retração na área plantada e colhida na região Nordeste e na

Bahia ao longo dos últimos sete anos, não houve queda na produtividade, como se pode notar no Quadro 07 e no Gráfico 07.

No início dos anos 2000, a região produtora de uvas do Nordeste passou por mudanças no que tangência à compra e à venda de fazendas produtoras de uvas da região, a exemplo da aquisição da Fazenda Ouro Verde, no estado da Bahia, pelo Grupo Miolo, do Rio Grande do Sul, em 2002. Essas mudanças são alguns dos motivos por meio dos quais pode ter havido redução nas áreas plantadas e colhidas no Nordeste e na Bahia. Desta forma, as variações no tamanho de áreas para plantio e colheita estão correlacionadas a novas lógicas de produção por parte dos novos entrantes na Região.

Quadro 11: Evolução da área plantada de videiras no Brasil, região nordeste e na Bahia, em hectares

Ano/Local	Brasil	Nordeste	Bahia
2010	81534	10559	3273
2011	81840	9746	2718
2012	82897	9403	2484
2013	79759	9301	2357
2014	78779	9895	2862
2015	78026	9842	2861
2016	77132	10012	2858

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

Quadro 12: Evolução das áreas colhidas com uvas no Brasil, região nordeste e na Bahia, em hectares 2010/2016

Ano/Local	Brasil	Nordeste	Bahia
2010	81518	10559	3273
2011	81839	9746	2718
2012	82063	9403	2484
2013	79483	9301	2357
2014	78765	9895	2862
2015	78011	9842	2861
2016	76997	10012	2858

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

A produção de uvas no Nordeste e na Bahia variou de acordo com a redução das suas áreas plantadas e colhidas, entre 2010-2016, como mostra o Quadro 13. O Nordeste passou de 282 milhões de toneladas de uva em 2010 para 323 milhões de toneladas em 2016, ou seja, mesmo com uma área menor houve aumento na produção e em sua

produtividade. Já a Bahia saiu de 78 milhões de toneladas em 2010 para 77 milhões de toneladas em 2016, uma redução de 1%, um percentual menor que 12% de redução na área plantada e colhida, o que significa que a sua capacidade produtiva não foi afetada com esse corte.

Quadro 13: Evolução da produção de uvas no Brasil, região nordeste e na Bahia 2010/2016 em mil toneladas

Ano/local	Brasil	Nordeste	Bahia
2010	1355461	282029	78283
2011	1495336	277784	65176
2012	1514768	289977	62292
2013	1439535	284325	52778
2014	1454183	319084	77504
2015	1497302	318079	77408
2016	984481	323955	77322

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

Quadro 14: Distribuição da produção de uvas na Bahia por microrregião produtora, em toneladas

Microrregião/Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Juazeiro (BA)	275	286	275	308	286	160	148	96	96	96
Paulo Afonso (BA)	117430	95660	89302	77309	64335	61565	52077	76744	76663	76663
Bom Jesus da Lapa (BA)	115	100	176	176	170	170	168	168	168	168
Feira de Santana (BA)	515	510	210	-	-	-	-	-	-	-
Seabra (BA)	212	205	205	150	170	142	130	247	275	275
Guanambi (BA)	375	-	-	-	-	-	-	-	25	8
Brumado (BA)	660	720	300	300	171	175	175	169	166	102
Total	119582	97481	90508	78283	65176	62292	52778	77504	77408	77322

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

A produção de uva na Bahia é relativamente nova, se comparada à produção do Rio Grande do Sul. Quadro 14 mostra que o estado é subdividido em microrregiões produtoras, dentre as quais se destaca a microrregião de Juazeiro. Esse destaque não é

por acaso, uma que é nessa região que está localizado o Polo Produtor de Frutas Tropicais do Vale do São Francisco, em que os governos dos estados da Bahia e Pernambuco implantaram o projeto de irrigação do Rio São Francisco (KROGER, 2012).

Entre os anos de 2009 a 2015, a região do Vale do São Francisco, produtora de vinhos tropical, sofreu mudanças de estruturas, lógicas produtivas e de mercado. Houve uma concentração do mercado produto local. O Quadro 15 mostra que em 2009 haviam seis vinícolas na região, que produziam em torno de sete milhões de litros de vinhos por ano em 2,5 colheitas, e que em 2015 o número de vinícola passou para quatro, três no estado de Pernambuco e uma no estado da Bahia, que produzem em duas colheitas cerca de quatro milhões de litros de vinho.

Quadro 15: Produção de Vinho Tropical - Vale do São Francisco

Produto/Ano	2009	2015
Vinícolas	6	4
Área de vinhedos (ha)	700	400
Produção anual (L/ano em 2 colheitas)	7 milhões	4 milhões
1. Espumantes	3,5 milhões (50%)	2,8 milhões (70%)
1.1. Moscatel Espumante	2,5 milhões (72%)	2 milhões (71%)
1.2. Brut e demi-sec (brancos e roses)	1 milhão (28%)	800 mil (29%)
2. Tintos	3,2 milhões (45,5%)	1,15 milhões (29%)
3. Whites	300 mil (4,5%)	40 mil (1%)

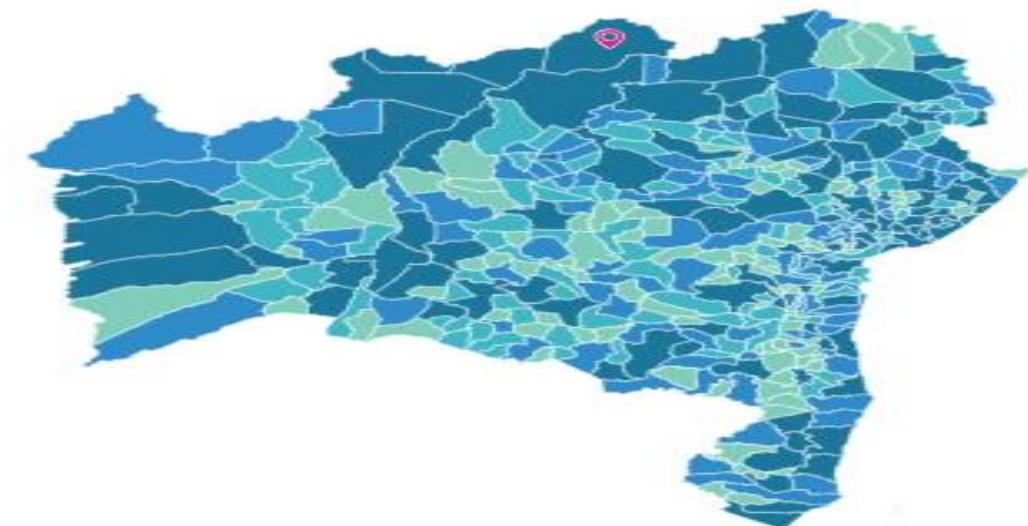
Fonte: EMBRAPA, 2017

3.1.1 Casa Nova

Com economia focada primordialmente na extração de sal, em 1887, no semiárido baiano, foi fundado o município de Casa Nova. No entanto, em 1976 a construção da barragem do Sobradinho e a inundação de várias áreas em função desta obra, acabou por deslocar distintas cidades ribeirinhas, dentre elas Casa Nova, que teve sua população migrada para mais acima do nível d'água do São Francisco. Desta forma, desde 1976, o município de Casa Nova localiza-se no Médio São Francisco Baiano, a 572 Km da capital do estado (Salvador), compondo, portanto, tanto o território de identidade "Sertão do São Francisco" como a mesorregião do Juazeiro.

Casa Nova tem área total de 9.657,51 km² e possui uma população, de acordo com o Censo Geográfico 2010, de 65.000 (sessenta e cinco mil pessoas), se bem que a população estimada, em 2017, pelo IBGE (2017), seja de 73.382 pessoas, com índice de *Gini* 0,54, IDH-M 0,570, um PIB de R\$ 545.501 milhões (IBGE, 2016), PIB per capita de R\$ 7.505,35 (IBGE, 2015).

Figura 01: Localização de Casa Nova



Fonte: IBGE, 2018

Ainda de acordo com dados do IBGE (2016), Casa Nova é o maior produtor caprinos e ovinos do Brasil, com um rebanho de cerca de 470 mil cabeças, o que significa um percentual de 19,15% do rebanho total baiano e 4,79% do total brasileiro. A criação de ovinos é de cerca de 410 mil cabeças, ou seja, 11,68% do total da Bahia e 2% do total do Brasil, como mostram os dados expostos na tabela abaixo. Desses totais, aproximadamente, 70% são oriundos da Agricultura Familiar, de acordo com a BAHIA (2016), haja vista que Casa Nova é um município em que há um grande número de agricultores e estabelecimentos da agricultura familiar, como mostra a Quadro 16.

Quadro 16: Produção de caprinos e ovinos no município de Casa Nova, na Bahia e Brasil

País, estado e município	Quant. de Caprinos	Quant. de Ovinos
Casa Nova	468.258	408.526
Bahia	2445000	3.497.190
Brasil	9.780.000	18.430.000

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

A Tabela 07 abaixo demonstra o predomínio de estabelecimentos da AF nesta cidade. O Censo Agropecuário (2006) aponta que dos 7.011 estabelecimentos rurais de Casa Nova, 90,36% são da Agricultura Familiar e ocupa uma 66,75% do total da área, sendo 9,64% destinados a Agricultura não Familiar que ocupa 33,25% da área.

Tabela 07: Estabelecimentos e área da agricultura familiar Censo Agropecuário 2006

Município	Agricultura familiar				Não familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Casa Nova	6 335	90,36%	172 638	66,75%	676	9,64%	86 002	33,25%

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

De acordo com o Quadro 17, do total de estabelecimentos rurais 99,87% das pessoas que trabalham neles possuem alguma relação familiar ou de parentesco. Desta forma, infere-se que mesmo nos estabelecimentos de agricultura patronal, nesta cidade, as famílias estão envolvidas no processo de produção agropecuária, e, em apenas 0,13%, não possuem relação de parentesco com os proprietários do estabelecimento. Do total de 29.433 pessoas que trabalham nos estabelecimentos, 8.436 são contratadas, ou seja, 28,66% vendem sua força de trabalho em troca de algum pró-labore, que podem ser expressos em salários (semanais, mensais) ou remunerações por diária. É importante ressaltar que a probabilidade de deslocamento de mão de obra da agricultura familiar para agricultura patronal é alta em Casa Nova. Mas também pode haver contratação de agricultores familiares por outros agricultores familiares.

Quadro 17: Pessoal ocupado nos estabelecimentos da Agricultura Familiar em Casa Nova

	Total de estabelecimentos	Total de pessoas	Com laços de parentesco com o produtor		Empregados contratados sem laços de parentesco com o produtor	
			Estabelecimentos	Total de pessoas	Estabelecimentos	Total de pessoas
Casa Nova	7 002	29 433	7 002	20 997	810	8 436

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

Quadro 18: Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários

Município	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Lavouras (1)		Pastagens (2)		Matas e florestas (3)	
			Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Casa Nova	7 002	287 271	6 765	47 288	4 624	58 002	4 500	165 164

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

Ao analisarmos o uso da terra pelos agricultores familiares de Casa Nova, a área de pastagem, bem como na Bahia e Brasil, é maior que a área para lavouras, como mostra o Quadro 18. O que ajudaria a explicar, também, as razões que fazem Casa Nova se destacar no cenário nacional na criação de caprinos e ovinos.

De acordo com dados da Bahia (2016) e como mostra o quadro abaixo, aproximadamente 94% dos estabelecimentos que são caracterizados como da agricultura familiar pertencem aos agricultores familiares, que possuem a posse da terra apesar de haver muitos conflitos agrários nesta cidade, principalmente com relação a comunidades tradicionais e de fundo de pasto que lutam por seus direitos à terra. O Quadro 19 mostra como está distribuída os estabelecimentos rurais de acordo com a condição de propriedade.

Quadro 19: Estabelecimento por condição de propriedade, segundo indicadores da FAO

Brasil e Município	Condição do produtor	Variável	
		Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários com agricultura não familiar (Unidades)
	Total	6.658	286
	Proprietário	6.265	272
Casa Nova - BA	Arrendatário	245	4
	Parceiro	4	1
	Ocupante	70	6

Fonte: BAHIA, 2016

Os Anexos A e B, apontam que a produção animal em Casa Nova é bastante forte, sendo que a criação de aves está em primeiro lugar, com um total 21.880.361 de cabeças, seguida por bovinos, ovinos e caprinos, respectivamente.

Apesar de ser um município de predominância da agricultura familiar e produção agropecuária culturalmente nordestina, a exemplo do bode e da mandioca que são produtos bastante típicos nessa região, ultimamente há um novo produto agrícola que vem puxando a produção local e que vem dando visibilidade a região: a uva. Esta, em meados da década de 80, do século passado, teve suas primeiras mudas plantadas em solo casa-novense que têm sido um polo produtor de uvas do estado baiano e já no início do século XXI, em 2002, um produtor de vinhos de mesa (SÁ, SILVA; BANDEIRA, 2015).

Diante disso, a área plantada de uvas em Casa Nova veio crescendo no período 2014-2016 e passou de 906 hectares para 1200 hectares, como mostram os Quadros 20 e 21. Além disso, convém destacar que a área colhida possui os mesmos números da área plantada, ou seja, todos os hectares plantados de uvas são colhidos, isto, devido à combinação das características climáticas da região com o sistema de irrigação que é usado na produção de uva mediante um projeto que foi implantado conjuntamente pelos governos dos estados da Bahia e Pernambuco e que possibilitou à região ser o polo fruticultor do país, como pode ser observado nos dados expostos nos quadros abaixo.

Quadro 20: Área Plantada de UVA (hectares)

Município/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Casa Nova (BA)	906	868	933	979	1200	1200	1200

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

Quadro 21: Área colhida de Uva (Hectares)

Município/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Casa Nova (BA)	906	868	933	979	1200	1200	1200

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

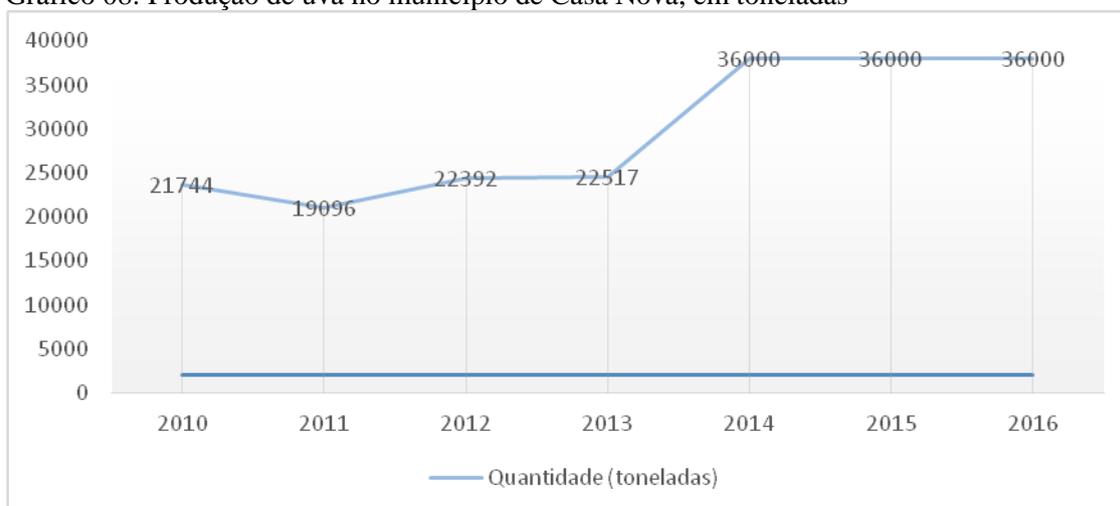
O Gráfico 08 demonstra que a produção de uva neste município apresentou flutuações entre 2010 e 2013, mas, a partir de 2014-2016, se estabiliza em 3600 toneladas de uvas por ano. Essa estabilidade na produção é explicada pelo grau de controle que a tecnologia empregada na produção proporciona sobre as forças da própria natureza. Dito de outra forma, o sistema de irrigação proporciona aproveitar a forte incidência de raios solares que, combinada com a baixa ocorrência de chuvas e com o clima seco (típico da região), proporciona a obtenção de um número maior de safras por ano do que média dos demais territórios vitivinícolas.

Nesse sentido, é possível planejar e executar a produção de acordo com um plano de melhor aproveitamento do espaço para a produção de vinhos. Isto é, a vinificação não sofre interrupções, tempos de não trabalho, em virtude da interrupção no fornecimento de sua principal matéria prima, a uva. Com isso, é possível aproveitar melhor o capital

fixo instalado, que durante seu período de depreciação contábil acaba por transferir uma quantidade maior à massa de vinho produzida nesse período.

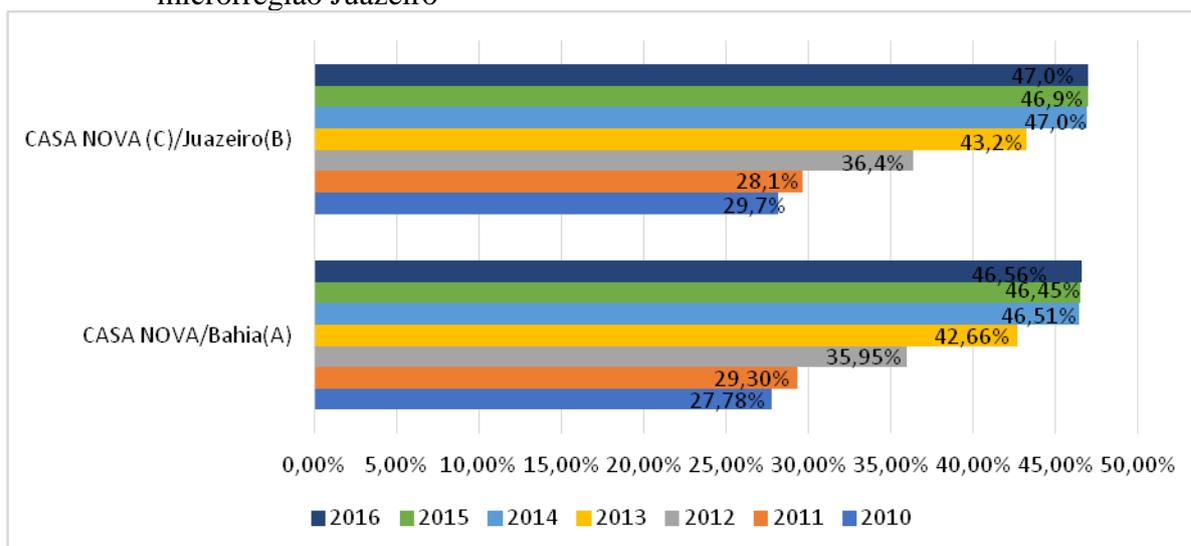
Sabe-se que a irrigação de uva se dá por quadra, e o controle da produção nestas quadras possibilita a produção e colheita de uvas o ano todo, ou 2,5 safras anuais nesta região. A quantidade, também, é explicada pela existência de quatro fazendas produtoras de uva na cidade, que são conglomerados nacionais e internacionais, e apresentam a uva ao mercado *in natura*, sucos ou vinhos.

Gráfico 08: Produção de uva no município de Casa Nova, em toneladas



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base IBGE,2006

Gráfico 09: Participação do município de Casa Nova na produção de uva na Bahia e na microrregião Juazeiro



Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

A produção de uvas em casa nova representou em 2014-2016 quase 47% da produção da sua microrregião Juazeiro, bem como 46,5% da produção do estado da Bahia, como mostra o Gráfico 09 abaixo. Percebe-se que Casa Nova tem uma importância muito grande no que se refere a produção e comercialização de uvas na Bahia e que o fato do uso da técnica de irrigação traz benefícios para essa cultura se tornar mais produtiva e, com isso, melhores resultados para todos os seus produtores, que são empresários que representam indústrias nacionais e multinacionais, como os casos da GVC Fruit Company: Fazenda Vale do Sol, Grupo JD: Fazendas Labrunier, grand Valle, Grupo miolo: Fazenda Ouro Verde.

3.1.1.1 Casa Nova: vitivinicultura uma produção não familiar

De acordo com os dados, Casa Nova é um município em que a predominância rural é da agricultura familiar, principalmente na caprinocultura e ovinocultura. Mas também é um município em que a agricultura patronal vem ganhando ao longo das últimas décadas cada vez mais importância e visibilidade, sobremaneira em torno da constituição de um polo produtivo de uva no estado. Desta forma, dois modelos de produção, mas, sobretudo, de apropriação do espaço rural convivem nesse território.

Vale ressaltar que a produção de uva, nesta cidade, é dedicada a várias destinações: produção *in natura*, produção de sucos e produção de vinhos. Esta última é impulsionada pela única vinícola localizada na Bahia, a Ouro Verde. Esta, pertencente à Miolo WineGroup e produtora dos vinhos da linha Terranova. (SÁ; SILVA; BANDEIRA, 2015). Trata-se de um grupo multinacional, que distribui sua produção por várias regiões do país e do mundo.

No que tange à vitivinicultura, o Vale do São Francisco é a única região do mundo capaz de produzir uva o ano inteiro e obter entre duas e três safras por ano por conta das suas características climáticas e da irrigação das vinícolas com águas do rio São Francisco. Além disso, a região já produz cerca de sete milhões de litros de vinho por ano e detém 15% do mercado nacional de vinhos. (KROGER, 2012, p.13).

A cidade de Casa Nova, juntamente com as cidades de Lagoa Grande (PE) e Santa Maria (PE) fazem parte da primeira região tropical a produzir vinhos no mundo. Para além disso, essa região só perde em produção vitivinícola, no Brasil, para a já consolidada e conhecida região do Vale do Vinhedos, no Rio Grande do Sul (SÁ;

SILVA; BANDEIRA, 2015). Todas as vinícolas, localizadas na região nordeste são propriedades de um grupo empresarial, seja ele de origem nacional ou internacional.

No que se refere a introdução de uma multinacional/ grupo nacional em Casa Nova, o grupo Miolo se instalou na região do Vale do São Francisco em 2001, a partir da compra de uma vinícola já existente há mais de 20 anos. O investimento realizado para a instalação do grupo foi da ordem de 32 milhões. (KROGER, 2012). Desde então a produção de vinho na cidade vem passando por um aumento gradual e constante, o que possibilita o alcance de 4 milhões de litros de vinhos por ano desde 2014.

O Grupo Miolo é considerado um dos maiores produtores de vinho Brasil e possui atividades nesse ramo em quatro territórios nacionais, no Vale dos Vinhedos, na Campanha Central e na Campanha Meridional, todas três no Rio Grande do Sul, além da região do submédio São Francisco baiano. As vinícolas as quais o Grupo Miolo controla no Brasil são: Vinícola Miolo, fundada em 1897, localizada em Bento Gonçalves; vinícola Seival, adquirida no ano 2000; vinícola Almaden, comprada em 2009 e vinícola Terranova, adquirida em 2001.

Quadro 22: Produção Vinícola do Grupo Miolo

Vinícola	Hectares plantados	Quant. litros vinho/ano(un)	Produtividade por hectare
Miolo	100	800000	8000
Almaden	450	4000000	8888,89
Seival	200	1300000	6500
Terra Nova	200	4000000	20000

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no GRUPO MIOLO, 2018

Quadro 23: Comparação entre os índices de produtividade de vinho entre as vinícolas do Grupo Miolo

Índice de produtividade (Base=Vin. Terra Nova)	Índice de produtividade (Base=Vin. Miolo)	Índice de produtividade (Base=Vin. Seival)	Índice de produtividade (Base=Vin. Almaden)
0,4	1	1,23	0,9
0,44	1,11	1,37	1
0,325	0,81	1	0,73
1	2,5	3,076923077	2,25

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no GRUPO MIOLO, 2018

O Quadro 22 mostra que o Grupo Miolo, no território nacional, está com 950 hectares plantados nas quatro vinícolas, produzindo um total de 10,1 milhões de litros/ano de vinhos, espumantes e outros.

Com o Quadro 23 acima, que compara o índice⁸ de capacidade produtiva das vinícolas do Grupo, percebe-se que a Terranova é a mais produtiva, tendo índice de produtividade superior a 2 vezes as outras vinícolas. Isto se deve a técnica usada na produção de uvas, já que usam quadramentos na produção, por utilizarem irrigação e podendo controlar a produção dos vinhedos em cada quadra a partir da administração da água. Ou seja, com a interrupção no fornecimento a videira entra em estado de hibernação, tal qual ocorre com as baixas temperaturas em regiões marcadas por climas temperado e subtropicais. Dessa forma, é possível induzir os vinhedos das distintas quadras a estarem em diferentes etapas de seu ciclo vegetativo, de tal forma que se pode planejar colheitas durante praticamente o ano inteiro. A rigor, pode-se colher até 3 safras anuais na região do Sub Médio do São Francisco, possibilidade não aberta à vinícolas de outras regiões, que só têm uma safra anual.

Como um grupo empresarial e representante da Agricultura Patronal, a Miolo tem como objetivo o aumento de seus lucros, sendo uma empresa que, para alcançar seus objetivos, não se limita ao seu espaço geográfico originário, mas, pelo contrário, ela se “globaliza” e se instala em outros territórios, em que a busca por maiores taxas de lucros e que lhe garanta uma espécie de oligopólio na produção de vinhos. Ao comprar uma vinícola no Nordeste, ela está exportando capital, transbordando sua produção, conhecimento, tecnologia entre outros, além de aproveitar as já existentes no local, como a técnica de enquadramento da produção e a plantação irrigada. Desta forma, o transbordamento (*spill over*) que o Grupo Miolo vem fazendo é de produção e quase tudo que envolve esse tipo de produto, ou seja, a Miolo transferiu parte de sua produção para o Nordeste ao mesmo tempo em que mantém sua produção no Rio Grande do Sul. Dentro de um contexto marshalliano de economias externas e internas à firma, a Miolo, na busca de maiores taxas de lucros através da maior eficiência do capital e do trabalho,

⁸ O Índice de produtividade foi criado de acordo com a produção de vinho de cada vinícola, sendo dividida a capacidade de produção de cada uma pela outra. Ind. Produtividade. = { (produção de vinho da vinícola x / produção da vinícola n) + 1 }

tem o posicionamento de uma firma de economia externa, mas interna ao território, por isso faz esse transbordamento de produção do Sul para o Semiárido.

Dessa maneira, a produção da indústria vitivinícola atrelada à agricultura patronal, com forte vocação empreendedora e impulso para a acumulação de capital não se limita a uma região apenas, ainda que se trate de reconhecida produtora de vinhos, buscando novas e melhores oportunidades de valorização de capital em um outro território, que permita ter mais produtividade e mais lucro.

No entanto, vale ressaltar, não é que não haja mais oportunidades de lucro no território originário, o Vale dos Vinhedos, mas, sim, que se abrem oportunidades de obtenção de maiores taxas de lucro a partir da exportação desse capital para outro território, no caso o território do Vale do São Francisco.

De acordo com Marshal (1985) e Britto (2013), utilizando os conceitos de transbordamento de produção e conhecimento de economias internas e externas, os capitais são exportados para outros territórios não porque exauriu-se toda possibilidade de lucro no local original, mas porque há a possibilidade de lucros maiores em outros territórios, e isso é comprovado neste caso da Miolo, em que há deslocamento de produção e transbordamento de conhecimento para outros territórios.

Así, por ejemplo, cuando un inversor decide comprar o arrendar tierras para montar una bodega, su objetivo último no es la elaboración del vino, es decir, los bienes mercantiles que esa inversión le producirá, ni tampoco es su objetivo desarrollar el espacio rural. Su objetivo es valorizar, mediante la producción, el capital invertido em esse proceso. En tal caso, es preciso tener em cuenta que la apropiación social de um espacio geográfico ocurre mediante um proceso de valorización del capital. (JEZIORNY, 2016, p. 5).

Outras formas pelas quais a Miolo vem buscando elevar seus lucros, e de certa forma recuperar a taxa de lucro das vinícolas que não lhe rendem tanto quanto antes, é adotar estratégias de diversificação de exploração de seu produto principal, o vinho. Para além da transferência da produção para outro espaço, ela vem acalentando, investindo e desenvolvendo (em conjunto com outros produtores) o “enoturismo”, tanto em suas vinícolas no Sul como em Casa Nova (JEZIORNY, 2016). Isso porque ela alinha mais

de um mercado, ou seja, para além da produção de vinho, há o “turismo do vinho”, que ademais de um novo mercado para a valorização de seu capital, rende-lhe possibilidades de redução nos custos de circulação de sua mercadoria, uma vez que, ao levar o cliente às vinícolas pelo turismo, automaticamente, boa parte dessas mercadorias é consumida sem a necessidade ser deslocada de seu lugar de produção. Dessa forma, é possível ganhar duas vezes e aumentar, assim, as taxas de lucros, seja com o turismo, seja com a produção de vinho.

No caso de Casa Nova, devido à possibilidade de produção de uva o ano inteiro, pois os hectares divididos em quadras e com planejamento da produção dessas quadras, por meio da irrigação, possibilitam fazer uso de seus meios de trabalho o ano todo e aproveitar o máximo possível antes que seja necessário trocá-lo. Se pensarmos que o uso de tanques de inox que possuem uma vida útil média de 15 anos, e este é um capital fixo, que transfere valor a sua mercadoria ao pouco, pode transferir valor durante mais tempo que os utilizados apenas uma vez ao ano nas vinícolas do Sul, então há uma otimização do capital fixo. Há uma redução do tempo ocioso no meio de trabalho, uma redução dos tempos de não trabalho. Com isso, o tempo de trabalho se aproxima ao tempo de produção, possibilitando tanto uma maior transferência de valor por parte do capital fixo, como um aumento na intensidade do trabalho. Marx (2014, p. 240) afirma que:

Uma parte do valor de capital desembolsada é *fixada* nessa forma, determinada pela função dos meios de trabalho no processo. Com a função e, por conseguinte, o desgaste do meio de trabalho, uma parte de seu valor se transfere ao produto, enquanto permanece fixa no meio de trabalho e, portanto, no processo de produção. O valor assim fixado decresce continuamente, até que o meio de trabalho deixa de servir e, assim, seu valor se distribui, durante um período mais ou menos longo, a uma massa de produtos que resultam de uma série de processos de trabalho constantemente repetido. Mas enquanto ainda funciona como meio de trabalho, ou seja, enquanto ainda não precisa ser substituído por um novo exemplar do mesmo tipo, nele continua fixado um valor de capital constante, ao passo que outra parte do valor nele originalmente fixado é transferida ao produto e, por conseguinte, circula como parte integrante do estoque de mercadorias. Quanto maior a duração do meio de trabalho e mais lento o seu desgaste, mais tempo o valor de capital constante permanece fixado nessa forma de uso. Mas qualquer que seja o grau de sua duração, a proporção em que ele transfere valor permanece sempre inversa a seu tempo total de funcionamento. Se duas máquinas de mesmo valor uma se desgasta em cinco anos e a outra em dez, isso significa que a primeira transfere valor em dobro que a segunda no mesmo intervalo.

A exploração da produção de vitivinícola pela Agricultura Patronal no submédio São Francisco tem fito de maximizar os lucros de uma grande empresa do setor, que se utiliza de uma técnica de manejo de irrigação para otimizar e aumentar a produtividade do solo e, com isso, acelerar e aumentar o fornecimento da matéria prima principal, ou seja, aproveitando-se da produção praticamente ininterrupta de uvas é possível otimizar a transferência de valor dos capitais fixos utilizados na vinificação (prensas, tanques de aço inoxidável, máquinas engarrafadoras...) da vinícola Terranova, além de desenvolver o enoturismo, que lhe garante duplo lucro.

Cabe ressaltar, ainda, que essa possibilidade aberta pela irrigação do solo do semiárido proporciona, também, uma maior transferência de valor da terra para a mercadoria final produzida a partir dela, nesse caso, o vinho. Além disso, como a renda da terra, em linhas gerais, é interpretada como a remuneração da propriedade privada do solo, resulta que a técnica de irrigação contribui para o aumento desta.

É preciso entender que enquanto o Vale dos Vinhedos no Sul do país é um território de agricultura familiar (ORTEG; JEZIORNY, 2011, p.153) e a produção de vinho está nas mãos de cerca de 70% de agricultores familiares, o submédio de São Francisco nasce de uma ideia de agricultura patronal e vem sendo explorada como tal, como mostra as Tabelas 08 e 09 abaixo. Isso se dá na tentativa de extrair e obter maiores lucros, por isso houve o transbordamento de produção de uvas e vinhos da região Sul para a região Nordeste, para garantir uma maior taxa de lucro ao agricultor patronal, representado por um grupo empresarial.

Desta forma, no que toca à vitivinicultura, mas, sobretudo à forma de apropriação do espaço, Casa Nova se apresenta como uma produção típica da agricultura patronal, e, mesmo que seja fruto do transbordamento de capital da agricultura familiar acaba assumindo formas própria da agricultura patronal e, em especial, no que diz respeito à extração de mais-valor.

Tabela 08: Número e porcentagem de hectares destinados a vitivinicultura de acordo com o modelo de agricultura, na região nordeste

Municípios	Agricultura Patronal - área destina a vitivinicultura(he - %)	Agricultura Familiar- área destina a vitivinicultura (he -%)
Casa Nova - Ba	700 - 100%	0 -0%
Santa Maria de Boa Vista -PE	200 - 100%	0 -0%
Lagoa Grande - PE	2100 - 100%	0 -0%

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE 2006, EMBRAPA 2017, GRUPO MIOLO 2018, BAHIA, 2017

Tabela 09: Número de exploração familiar e patronal, sua porcentagem em relação ao total de exploração, segundo os municípios que forma o Vale do Vinhedo (2009)

Municípios	Exploração patronal n° - porcentagem	Total da superfície de exploração patronal (ha-porcentagem)	Agricultura familiar n° - porcentagem	Superfície da Agricultura familiar
Bento Gonçalves	135 - 8,4 %	2.497 - 9,9 %	1.465 - 91,4 %	21.836 - 87,3 %
Garibaldi	57 - 4,5 %	1.200 - 6,5 %	1.209 - 94,4 %	17.273 - 93,4 %
Monte Belo do Sul	6 - 1,1 %	116 - 1,8 %	508 - 98,8 %	6.121 - 98,1 %

Fonte: JEZIORNY, 2016

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de uma lógica produtiva rural e agrária, a discussão sobre a dialética existente na Agricultura Familiar e na Agricultura Patronal e as formas como se apresentam e lidam com as perspectivas econômicas regional e local é importante para se entender como o desenvolvimento do semiárido nordestino, em especial a Bahia, vem lidando com esses estratos da agricultura. É importante perceber que o tipo de apropriação do espaço rural de cada uma é diferente, devido as suas lógicas produtivas e de interação e uso de força de trabalho. Portanto, é importante diferenciá-las, destacar suas diferenças para apreender tanto aquilo que as distingue, como aquilo que as assemelha.

A Agricultura Familiar no Brasil, ao longo dos anos, vem sendo discutida não apenas como uma categoria de análise, mas como portadora de uma forma de se apropriar do espaço agrário, a rigor, menos desigual, haja vista que não se pauta na exploração de força de trabalho assalariada, logo, na extração de “mais trabalho”. Na monografia que ora se apresenta, buscou-se trabalhar a importância desse modelo de produção, dentre outros aspectos para mostrar traços de sua abrangência no território nacional, o quantitativo populacional em que está inserida e mostrar a necessidade de fomentos e políticas públicas para incentivar e melhorar as práticas e a vida dos agricultores familiares, contribuir para o acesso ao crédito. Para tanto, tangenciou-se alguns problemas que este estrato produtivo enfrenta.

Os dados demonstram que a AF está presente em todo território brasileiro, sendo o Nordeste o que possui a maior presença de estabelecimentos familiares e a maior área utilizada, seguido pela região Norte. A AF é responsável por aproximadamente 37% da produção de alimentos, mesmo não contabilizando a produção de frutas e desvantagem com relação a produção de grãos como soja, uma *commoditie*. Deste percentual, ainda, é responsável por 70% do abastecimento interno, o que significa que os brasileiros dependem da produção familiar para se alimentar, o que demonstra quão essencial é esse modelo de produção para o Brasil.

A Agricultura Patronal, por outro lado, é um modelo que privilegia a monocultura, em geral embasada em *commodities* cultivadas em grandes áreas e a partir da exploração de trabalho assalariado. Seu objetivo, portanto, é alcançar a maior margem de lucro possível, por isso faz uso de novas tecnologias, de novas técnicas de produção sem, contudo, e em geral, se preocupar com possíveis danos causados por essas técnicas ao solo. Isto, pois, contrariamente ao que costuma ocorrer com a agricultura familiar, as explorações de caráter patronal não interpretam a terra senão a partir de uma perspectiva na qual é avaliada como um meio de produção. Nesse caso, a função social da terra é subsumida a sua função econômica, em especial a sua inserção em processos de valorização de capital.

Apresentado esses dois modelos, foi possível demonstrar a forte presença de ambos no semiárido nordestino, e a maneira em que cada um vem se portando ao longo das últimas décadas. A agricultura familiar se apresenta como o modelo mais democrático e que atinge um maior número de trabalhadores, seja exclusivamente familiar ou que absorve em algum grau e em determinados momentos alguma força de trabalho assalariada. Ela produz a diversidade de alimentos nessa microrregião, pois é responsável pela produção de mandioca, caprinos, ovinos, bovinos, feijão e outros alimentos quase em sua totalidade que é consumida na região. Assim como em todo o país, a AF no semiárido é marcada pela produção alimentos.

Para além disso, é relevante ressaltar que o agricultor familiar do semiárido nordestino não abandonou sua produção diversificada para a monocultura, ou migrou para um novo tipo de produto agrícola. Desta forma, a Af não sofreu modificações no âmbito de mudanças de produção agropecuária, ela se manteve dentro daquele conjunto de mercadorias que já produzia. Isto, pode ter vários motivos, desde barreiras financeiras de entrada na produção de novos produtos, a necessidade grande áreas para produzir, a dificuldade de se pôr no mercado dessas mercadorias, dentre outros.

Por outro lado, a Agricultura Patronal se expandiu nesta microrregião, com inserção de novas produções e aquisição de novas áreas. O semiárido nordestino tornou-se o maior polo produtor de frutas tropicais do país e vem ganhando cada vez mais relevância no cenário interno e externo, através da exportação para outras regiões e outros países.

Vale ressaltar que esta microrregião é que possui o maior índice de produtividade de uva do país, o que se dá devido a técnica de irrigação e de plantação da mesma aliada as condições climáticas e geográficas da região, bem como à forte mecanização utilizada.

No que tangencia a Bahia, o modelo de produção da AP está presente no semiárido, não só na produção de uva, mas também na produção de vinho, juntamente com o estado de Pernambuco. O estado baiano possui uma empresa vitivinícola, pernambucano três. Todas essas são geridas ou pertencem a grandes corporações, ou seja, o capital industrial inserido no campo em sua forma mais translúcida de migração para outros espaços em busca de maiores oportunidades de valorização.

O município de Casa Nova é um caso emblemático para Bahia, já que a cidade em que está instalada a única empresa vitivinícola do estado, Terranova, e que mostra como de fato é a interação do capital com o campo, com o semiárido e com a AF. O Grupo Miolo, proprietário da vinícola Terranova, aproveita índices de produtividade altíssimos e vem, com isso, aumentando as suas taxas de lucro. Isto, porque se aproveita de toda a estrutura local, a técnica da plantação de uva em área irrigada, que lhe rende 2,5 safras anuais e foi um projeto dos governos baianos e pernambucanos para implementação do polo de frutas tropicais, para produzir vinhos o ano todo, sem interrupções como no ocorre no sul do país.

Casa Nova tornou-se a “uva” perfeita para a AP. No entanto, a interação ou relação com a AF local praticamente não existe. Já que a produção de uva e vinho é exclusivo da vinícola Terranova, e não passa pelos agricultores familiares da região, diferentemente do que ocorre na região Sul, em que 70% da produção de vinho é familiar. Desta maneira, a indústria vitivinícola se apresenta na Bahia, em casa Nova, com um modelo patronal e não familiar.

Contudo, não podemos perder de vista que se trata da exportação de capitais oriundos do “Sul vitivinícola”, logo, de capitais que se acumularam no âmbito da agricultura familiar. Portanto, a vitivinicultura na região nordeste deriva da necessidade de acumulação de capital de uma parcela da agricultura familiar do Rio Grande do Sul, aliada à capitais de outras nacionalidades inclusive. Daí uma certa dialética entre ambos,

pois, a vitivinicultura nordestina se desenvolve como uma forma de alavancar as taxas de lucro de capitais do sul do país, bem como de outros territórios.

Diante disto, este trabalho caminha na direção das reflexões de JEZIORNY (2016) quando afirmou que a exportação e capitais oriundos da vitivinicultura do Vale dos Vinhedos acabaria por territorializar outros espaços. E, nesse sentido, resulta que a vitivinicultura do semiárido baiano funciona como uma extensão espacial do território do Vale dos Vinhedos, em boa medida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, jan./dez. 1998.
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial, Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 29, n. 2, jan./ago. 1999.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EdUSP, 1992.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EdUSP, 2012.
- ANTONIO, Adriano. **A importância, o potencial e o desenvolvimento do agronegócio na economia brasileira**. Pouso Alegre: Centro Universitário Claretiano, 2015. 35 p. Artigo científico submetido à coordenação do curso de Planejamento e Gestão Estratégica – CLARETIANO – como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Administração Estratégica.
- ARAÚJO, J. L. P.; CORREIA, R. C. Análise do custo de produção e rentabilidade do cultivo da uva fina de mesa sem sementes produzida na Região do Submédio São Francisco. In: ENCONTRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL NO NORDESTE, 2., 2007, Cruz das Almas. **Anais...** Cruz das Almas: Embrapa Cruz das Almas; UFRB; Sober, 2007.
- ARRANZ, Ana Velasco. La agricultura familiar y su adaptación al contexto global. **Fundación de Estudios Rurales**, v. 14, Anuário 2014.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). **Agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.sdr.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>>. Acesso: 14dez. 2016.
- BAIARDI, Amilcar; ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, 2014. Suplemento. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600003>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- BAIARDI, Amilcar; MENDES, Januzia. Agricultura familiar no Semi-Árido: fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável. CONGRESSO DA SOBER. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006. p. 1-21.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 25 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso: 27 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Importação e exportação.** 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso: 25 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Produção agropecuária.** 2016. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso: 23 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Produção agropecuária.** 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/aceso-a-informacao/dadosabertos>>. Acesso: 21 fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Produção agrícola e pecuária.** 2016. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentoagrario.gov.br/>>. Acesso: 20 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional (MIN). Semiárido brasileiro, 2018. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/semiarido-brasileiro>>. Acesso em 20 de fev. 2018.

BRITTO, Jorge. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In: KRUPFER, David; HARSENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BÜHLER, Eve Anne; OLIVEIRA, Valter Lúcio. Agricultura empresarial: novidades e desafios para a pesquisa sobre o rural. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - TERRITÓRIOS EM DISPUTAS: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRARIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...**Uberlândia: UFU, 2012. p. 15-19.

CALDAS, Nádia Velleda; ANJOS, Flávio Sacco dos. Agricultura familiar y sistemas participativos de garantia em El sur de Brasil. **Fundación de Estudios Rurales**, v.14, Anuário 2014.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 8, p. 70-82, abr. 1997.

CARNEIRO, Wendell Márcio Araújo; COELHO, Maria Do Carmo Silveira Gomes. A vitivinicultura no nordeste brasileiro: características e perspectivas da atividade para a região. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45.,2007. **Anais...** Londrina: SOBER,2007. p. 1-14.

CARVALHO, Brenda; DA SILVA, Lucivânia Xavier. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial no povoado Barreiras Sul -Barreiras / Bahia: desafios e perspectivas. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO OESTE BAIANO, 3., 2010. **Anais...** Barreiras: IFBA, 2010. p. 1-10.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Conjuntura mensal uva industrial**. Brasília, 2016.

ELOY, Ludivine *et al.* O papel da cidade na agricultura familiar no Semiárido: o exemplo do submédio São Francisco. **Cadernos Ceru**, v. 23, n. 01, p. 185-204, jan. 2013.

ESTRADA, Eduardo Moyano. Agricultura familiar: uma reflexão para um debate necessário. **Revista Economía y Recursos Naturales**, v. 14, anuário 2014.

FAVARETO, Arilson. Agricultura familiar, pobreza e o futuro dos territórios rurais – os sucessos e os impasses da agenda atual. FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: AGRICULTURA FAMILIAR: RURALIDADE, TERRITÓRIO E POLÍTICA PÚBLICA, 9.,2014, Fortaleza - CE. **Anais...** Fortaleza: Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola, 2014. p. 1-20.

FRANÇA, C.; GROSSIO, M.; MARQUES, V. **Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Agropecuária**. São Paulo - SP, 2016. p. 338-376.

GALANTE, Valdir Antonio; LIMA, Maria Messias F. Agricultura familiar: as contradições teóricas frente ao capitalismo contemporâneo. Crato-Ce: Sober, 2006. . Apresentação oral: Evolução e estrutura da agropecuária no Brasil.

GERMANI, Guiomar Inez. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, p. 269-304, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas? como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável Brasil**. Rio de Janeiro, 2015. n. 10.

_____. **Cidades**, 2018. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/casanova/panorama>>. Acesso em 24 jul. 2018.

_____. **Censo agropecuário 2006**.Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso: 02 jan. 2018.

_____. **Cidades 2017**. Disponível: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/casa-nova/panorama>>. Acesso: 15 jun. 2018.

_____. **Produto interno bruto dos municípios, 2017**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>> Acesso: 29 jun. 2018.

JESUS, Simone; PERTILE, Noeli. Agricultura familiar e as políticas públicas no município de São Felipe/BA. SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA, ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIA, 2., 2017, Salvador-Ba., **Anais...** Salvador: UFBA, 2017. p. 1-18.

JEZIORNY, D. L. Territorio, innovación y desarrollo rural. El caso del territorio brasileño del Vale dos Vinhedos”. **Revista Internacional de Sociología**, v. 74, n.3. ago. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.3.041>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A agricultura familiar: comparação Internacional: uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.(Coleção Repertórios).

LEÃO, A. *et al.* Desenvolvimento de uma nova fronteira vitivinícola: uma [a]ventura no semiárido nordestino. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v.14, n. 1, 2013.

LUNAS, Divina Aparecida Leonel; CARDOSO JÚNIOR, Hamilton Matos; LIMA, Camila Vito Silva. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial rural: experiências e desafios da política pública no Sudoeste Goiano. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p.115-144, set./dez. 2017.

MARSHALL, Alfred. **Principles of economics: an introductory**. 8. ed. Cambridge : Macmillan Publishing Company, 1952. v. 1.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1983.p. 31-47.

MARX, Karl. **Capital: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELLO, L. M. R. **O Brasil no contexto do mercado vitivinícola mundial: panorama 2014**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2015.

MOTA, Dalva Maria; SCHMITZ, Heribert; FREITAS, Minelvina. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n. 1/2, p. 128–139, jan./dez. 2007.

MOYANO-ESTRADA, Eduardo. A Agricultura familiar algunas reflexiones para un debate necesario. **Economía Agraria y Recursos Naturales**. v. 14,1. 2014, p. 133-140.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. In: FERNANDES, B.; MARQUES, Marta; SUZUKI, J. (Org.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1, p. 211-270.

NOVO retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto. Brasília: INCRA, 2000. Projeto de cooperação técnica.

KROGER, Lídia Pina. **Enoturismo na Bahia: uma análise sobre o potencial do enoturismo na região do Vale do São Francisco/Ba**. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ORTEGA, A. C.; JEZIORNY, Daniel L. La agricultura familiar en Brasil. **Fundación de Estudios Rurales**, v.14, p.165-172, anuário 2014.

_____. **Vinho e território: a experiência do Vale dos Vinhedos**. Campinas: Alínea, 2011.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização (Capitalism, family farming and commodification). **Informe Gepec**, Toledo, v. 14, n. 2, p. 96-111, jul./dez. 2010.

_____. Instituições e enraizamento nos mercados da agricultura familiar. **Revista Faz Ciência**, v. 12, n.15, p. 95-118, jan./jun. 2010.

PLEIN, Clério; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura familiar e mercados. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, , p. 98-21, set./dez. 2011.

PRODUÇÃO de uvas e vinhos no Vale do São Francisco, uma história que começa na década de 1960. G1, Petrolina, mar. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/producao-de-uvas-e-vinhos-no-vale-do-sao-francisco-uma-historia-que-comeca-na-decada-de-1960.ghtml>>. Acesso em: 15 maio 2018.

PROTAS, J. L.; CAMARGO, U. A.; MELLO, L. M. **A vitivinicultura brasileira: realidade e perspectivas**. Disponível em: < <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/artigos/vitivinicultura/>>. Acesso em: 06 jan. 2018.

SÁ, N. C; SILVA, E. M. S; BANDEIRA, A. S. A cultura da uva e do vinho no vale do são francisco. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, Edição especial, p. 461 – 491, dez. 2015.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Porto Alegre: RIMISP , 2013. (Relatório de pesquisa FIDA POBREZA Y DESIGUALDAD).

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003.

SILVA, J. A. Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. 2007. Edición electrónica gratuita. Disponível em: <<http://www.eumed.net/tesis/jass/>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. [S.l]: Brasiliense, 1980.

SOARES, J.; LEÃO, P. **A vitivinicultura no Semiárido brasileiro**. Brasília e Petrolina: Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Semi-Árido, 2009.

SOUZA, Guilherme. Agricultura familiar: perfil do sistema de produção da localidade Juazeiro, Irará-BA. 2006. Monografia (Graduação em Ciências econômicas) - Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2006.

STÉDILE, João Pedro (Org.) ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil**: um debate na esquerda – 1960-1980. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Antônio H. *et al.* Delimitação da aptidão agroclimática para videira sob irrigação no Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, PB, v.16, n. 4, p.399–407, 2012. Disponível em: <<http://www.agriambi.com.br>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

VALE do São Francisco: uma região que vale ouro. **Revista Viticultura: Bem vindo ao Mundo do Vinho**. Disponível em: <www.viticultura.org.br/materias/impressao.php?materias=59>. Acesso em: mar. 2018.

VITAL, Tales Wanderley. Vitivinicultura no Nordeste do Brasil: situação recente e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, jul./set. 2009.

VITAL, Tales Wanderley; SAMPAIO, Yony Sampaio. Agricultura familiar e fruticultura irrigada: estudos de caso no Nordeste. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônoma**, Recife, v. 4, p.275-290, 2007

ANEXOS

ANEXO A - Efetivo pecuário no Município de Casa Nova

Estado e município	Total de estabelecimentos	Efetivo da pecuária nos estabelecimentos agropecuários											
		Bovinos		Bubalinos		Caprinos		Ovinos		Suínos		Aves(1)	
		Estabelecimentos	Número de cabeças	Estabelecimentos	Número de cabeças	Estabelecimentos	Número de cabeças	Estabelecimentos	Número de cabeças	Estabelecimentos	Número de cabeças	Estabelecimentos	Número de cabeças
Casa Nova	7.002	2.323	2.606	-	-	4.836	188.307	3.985	134.712	2.909	26.679	4.888	82.765
Bahia	765.498	312.816	10.440.861	317	15.308	57.205	2.139.136	96.369	2.663.818	147.542	948.603	372.032	21.880.361

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006

ANEXO B - Efetivo pecuário no Município de Casa Nova

Estado e município	Total de estabelecimentos	Produção de origem animal dos estabelecimentos agropecuários									
		Leite de vaca		Leite de búfala		Leite de cabra		Lã		Ovos de galinha	
		Estabelecimentos	Quantidade (1 000 l)	Estabelecimentos	Quantidade (1 000 l)	Estabelecimentos	Quantidade (1 000 l)	Estabelecimentos	Quantidade (1 000 l)	Estabelecimentos	Quantidade (1 000 dúzias)
Casa Nova	7.002	1.178	708	-	-	976	445	6	0	4.198	285
Bahia	765.498	118.389	864.889	55	943	4.672	3.254	104	5	239.463	84.584

Fonte: Elaboração própria, 2018 com base no IBGE, 2006